

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JOSÉ FELIPE RODRIGUES ALVES

**ESTUDO DE CASO DAS EMPRESAS DO RS CLASSIFICADAS PELO ÍNDICE DE
SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E SUAS PRINCIPAIS PRÁTICAS
SUSTENTÁVEIS EM PROGRAMAS SOCIAIS**

CAXIAS DO SUL

2018

JOSÉ FELIPE RODRIGUES ALVES

**ESTUDO DE CASO DAS EMPRESAS DO RS CLASSIFICADAS PELO ÍNDICE DE
SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E SUAS PRINCIPAIS PRÁTICAS
SUSTENTÁVEIS EM PROGRAMAS SOCIAIS**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. (Dr. – Fernando
Luís Bertolla)
Orientador TCC II: Prof. (Dr. – Fernando
Luís Bertolla)

CAXIAS DO SUL

2018

JOSÉ FELIPE RODRIGUES ALVES

**ESTUDO DE CASO DAS EMPRESAS DO RS CLASSIFICADAS PELO ÍNDICE DE
SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E SUAS PRINCIPAIS PRÁTICAS
SUSTENTÁVEIS EM PROGRAMAS SOCIAIS**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. (Dr. – Fernando
Luís Bertolla)
Orientador TCC II: Prof. (Dr. – Fernando
Luís Bertolla)

Aprovado (a) em ____/____/____

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. (Dr. – Fernando Luís Bertolla)
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof. (Titulação - Esp. Ms. ou Dr. – e nome do professor examinador/banqueiro)
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. (Titulação - Esp. Ms. ou Dr. – e nome do professor examinador/banqueiro)
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Dedico a todos vocês, sempre estiveram ao meu lado, que me incentivaram, em especial a minha mãe e avó que muito contribuíram para que este trabalho atingisse seus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Em especial ao meu orientador, Prof. Dr. – Fernando Luís Bertolla, pela sua competência e orientação durante todo o desenvolvimento desta monografia.

Agradeço de forma toda especial, minha mãe, avó e amigos, pelo incentivo, compreensão e consideração dedicados, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho ou por acreditarem em minhas escolhas, apoiando-me e esforçando-se junto a mim, para que eu suprisse todas elas.

“No que diz respeito ao empenho, ao compromisso, ao esforço, à dedicação, não existe meio termo. Ou você faz uma coisa bem feita ou não faz.”

Ayrton Senna

RESUMO

A contabilidade no Brasil faz-se necessária para qualquer transação econômico-financeira realizada por uma organização. Para agilizar a transmissão de informações, surgiu a necessidade de dividi-la em áreas, assim, maximizando seu desempenho em suprir a demanda dos usuários. Para o presente estudo de caso, os critérios de seleção adotados abrangeram as empresas que exercem atividades no Rio Grande do Sul, e que participaram dos questionários pelo período integral de 2008 à 2017, utilizando os meios de pesquisa bibliográfica e documental, de forma qualitativa, descritiva e exploratória, foi exposto como maneira de estabelecer uma relação entre o desenvolvimento da produção industrial e ao mesmo tempo evitar a degradação ambiental. Assim sendo criado o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE, que propõem selecionar empresas com potencial nas operações que envolvam o meio ambiente, aplicar questionários às mesmas, no qual são vinculadas à BM&F Bovespa, após obtidos os resultados destes questionários, são identificados os pontos favoráveis e desfavoráveis, e proporcionado auxílio nas formas mais adequadas de planejamento para obtenção do melhor desempenho nas práticas sustentáveis adotadas. Este estudo de caso contribuiu com apontamentos realizados em organizações que promoveram sustentabilidade, demonstrando os percentuais de comprometimento de receita líquida com investimentos realizados e transparecendo a relação de programas sociais classificados conforme seu nível de importância, destacando-se educação, investimentos socioambientais, investimentos sociais, segurança e cultura.

Palavras-chave: Contabilidade no Brasil. Contabilidade ambiental. Índice de sustentabilidade empresarial - ISE. Tomada de decisões. Continuidade operacional.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Destinações mais Representativas.....	80
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxas de Participação no Processo ISE 2017/2018.....	43
Tabela 2 – Análises de Investimentos Por Exercício.....	73
Tabela 3 – Crise Econômica Brasileira – Representatividade dos Investimentos	76
Tabela 4 – Destinações Para Programas Sociais	79

LISTA DE ABREVIATURAS

Dr.	doutor
Ms.	mestre
n.º.	número
p.	página
prof.	professor
v.	volume
vol.	Volume

LISTA DE SIGLAS

ABRAPP –	Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
ANBIMA –	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
APIMEC –	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BACEN –	Banco Central
BM&FBOVESPA –	Bolsa de Mercados & Futuros e Bolsa de São Paulo
BOVESPA –	Bolsa de Valores de São Paulo
CC –	Código Civil
CFC –	Conselho Federal de Contabilidade
CISE –	Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial
CPC –	Comitê de Pronunciamento Contábil
CRC –	Conselho Regional de Contabilidade
CVM –	Comissão de Valores Mobiliários
DJSI –	<i>Dow Jones Sustainability Index</i>
EMA –	<i>Environmental Management Accounting</i>
ETHOS –	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
FASB –	<i>Financial Accounting Standard Boards</i>
FTSE –	<i>Financial Times e do London Stock Exchange</i>
GIFE –	Associação dos Investidores Sociais do Brasil
GVCES –	Centro de Estudos em Sustentabilidade
IAS –	<i>International Accounting Standards</i>
IASB –	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBAI –	Instituto Brasileiro de Auditores Independentes
IBGC –	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBRACON –	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICPB –	Instituto dos Contadores Públicos do Brasil
IFAC –	<i>International Federation of Accountants</i>
IFC –	Instituto Federal Catarinense
IFC –	<i>International Finance Corporation</i>
IFRS –	<i>International Financial Reporting Standard</i>

IPCA –	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
ISAR –	<i>International Standards of Accounting and Reporting</i>
ISE –	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISR –	Investimentos Socialmente Responsáveis
JSE –	<i>Johannesburg Stock Exchange</i>
MMA –	Ministério do Meio Ambiente
NAC –	Natureza Apropriada e Controlada
NBC –	Normas Brasileiras de Contabilidade
NBC-P –	Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais
NBC-T –	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas
NBC-TG –	Normas Brasileiras de Contabilidade Gerais
OSCIP –	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PEC –	Proposta de Emenda Constitucional
PNUMA –	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RIR –	Regulamento do Imposto de Renda
RTT –	Regime Tributário de Transição
S.A.S –	Sociedades Anônimas
SRI –	<i>Socially Responsible Investment</i>
SUSEP –	Superintendência de Seguros Privados

LISTA DE SÍMBOLOS

%	por cento
R\$	reais

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Empresa AES Tietê: Representatividade dos Investimentos

APÊNDICE B – Empresa Banco do Brasil: Representatividade dos Investimentos

APÊNDICE C – Empresa Banco Bradesco: Representatividade dos Investimentos

APÊNDICE D – Empresa Braskem: Representatividade dos Investimentos

APÊNDICE E – Empresa CPFL Energia: Representatividade dos Investimentos

APÊNDICE F – Empresa Itaú Unibanco: Representatividade dos Investimentos

APÊNDICE G – Empresa Duratex: Representatividade dos Investimentos

APÊNDICE H – Empresa TIM: Representatividade dos Investimentos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	17
1.2	TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA	21
1.3	PROPOSIÇÕES DO ESTUDO	21
1.4	OBJETIVOS	22
1.1.1	Objetivo geral	22
1.1.2	Objetivos específicos	22
1.5	ESTRUTURA DO ESTUDO	23
2	REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1	CONTABILIDADE: O ÍNICIO NO BRASIL	24
2.2	SÉCULOS XVIII, XIX E XX	24
2.3	DÉCADAS DE 40 E 60	25
2.4	ADESÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	26
2.5	ESCOLAS ITALIANA E AMERICANA	28
2.6	CONCEITOS TRAZIDOS COM A LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS ..	28
2.7	CONTABILIDADE AMBIENTAL	35
2.8	ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	40
3	METODOLOGIA	48
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	48
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	49
4	LEVANTAMENTO DE DADOS DO ESTUDO DE CASO	51
4.1	ANÁLISES DE INVESTIMENTOS POR EMPRESA	51
4.1.1	AES Tietê Energia S/A	51
4.1.2	Banco do Brasil S/A	55
4.1.3	Banco Bradesco S/A	58
4.1.4	Braskem S/A	60
4.1.5	CPFL Energia S/A	63
4.1.6	Itaú Unibanco Holding S/A	66
4.1.7	Duratex S/A	68

4.1.8	TIM Participações S/A.....	70
4.2	ANÁLISES DE INVESTIMENTOS EM SUSTENTABILIDADE POR EXERCÍCIO	73
4.3	CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA	75
4.4	ANÁLISES DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS	79
5	CONCLUSÃO	81
	REFERÊNCIAS.....	84
	APÊNDICE A – EMPRESA AES TIETÊ: REPRESENTATIVIDADE DOS INVESTIMENTOS	90
	APÊNDICE B – EMPRESA BANCO DO BRASIL: REPRESENTATIVIDADE DOS INVESTIMENTOS	91
	APÊNDICE C – EMPRESA BANCO BRADESCO: REPRESENTATIVIDADE DOS INVESTIMENTOS	92
	APÊNDICE D – EMPRESA BRASKEM: REPRESENTATIVIDADE DOS INVESTIMENTOS	93
	APÊNDICE E – EMPRESA CPFL ENERGIA: REPRESENTATIVIDADE DOS INVESTIMENTOS	94
	APÊNDICE F – EMPRESA ITAÚ UNIBANCO: REPRESENTATIVIDADE DOS INVESTIMENTOS	95
	APÊNDICE G – EMPRESA DURATEX: REPRESENTATIVIDADE DOS INVESTIMENTOS	96
	APÊNDICE H – EMPRESA TIM: REPRESENTATIVIDADE DOS INVESTIMENTOS	97

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Segundo Hoss *et al* (2012), a informação se tornou relevante no planejamento, controle, direção e organização, esta sendo uma variável nas tomadas de decisões. Desta forma, o desenvolvimento da Contabilidade contribuiu no suporte das informações transmitidas aos gestores das empresas.

O marco inicial que possibilitou a transformação e expansão de processos industriais foi a denominada Revolução Industrial, que para Tinoco e Kraemer, (2011) relatam que teve início nos anos 20 do século XX, a manifestação de empresas americanas de porte grande, também promoveu-se o mercado de capitais. Logo após a manifestação das bolsas de valores, houve impacto direto no desenvolvimento, que por sua vez, impulsionou a Contabilidade e a Auditoria.

Após este período as indústrias começaram a investir no progresso significativamente para obter uma maior rentabilidade nos processos fabris. Esta corrida tecnológica trouxe o desenvolvimento mas porém como contrapartida, afetou diretamente o meio ambiente.

Sobre impacto ambiental, Tinoco e Kraemer (2011) embasam que havendo mudanças nas propriedades físicas, químicas e biológicas pertinentes ao meio ambiente, originadas por diversas matérias ou energia causada pela interferência humana, afetará diretamente nas áreas da saúde, segurança e no contentamento da população, que por sua vez atingirão diretamente no equilíbrio dos recursos naturais.

Não é uma contextualização recente a abordagem sobre os temas conscientização e preservação do meio ambiente, mas pensando nestes aspectos relevantes à todos os grupos sociais, a contabilidade ambiental propõe um norte para organizações pertencentes a este ramo de atividades. Iniciando através do registro dos patrimônios ambientais e suas possíveis variações de mutações, afim de facilitar a transmissão e compreensão das informações levantadas aos usuários da contabilidade. Por outro lado, há um questionamento feito na visão dos gestores, conforme Ferreira (2011) explica que garantir que o meio ambiente sobreviva pode ser considerado uma questão de médio e longo prazo, porém, a permanência do

negócio dependerá diretamente do empresário, bem como pontos sociais e econômicos estarão integrados nesta visão.

As divergências entre gerir um negócio e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente e seus recursos naturais, acaba-se cada vez mais tornando-se uma questão delicada de se trabalhar, pois na maioria dos processos irá ocasionar algum dano ambiental. Para Queiroz e Braga (2007) definem dano ambiental como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

E para tentar solucionar as desavenças entre progresso e preservação (sustentabilidade), como iniciativa pioneira na América Latina foi criado o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE, iniciando suas atividades em 2005 e propondo criar um método de que os investimentos fossem compatíveis com o andamento do desenvolvimento e a responsabilidade sustentável das organizações.

O Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE propõe analisar e comparar o grau de eficiência econômica, sustentabilidade e equilíbrio ambiental das organizações listadas na Bolsa de Valores, assim demonstrando comprometimento e transparência na transmissão de informações obtidas para posterior divulgação das mesmas.

O Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE também proporciona auxílio aos investidores na tomada de decisões, e foca na adoção das melhores práticas para obter-se uma gestão empresarial sustentável. Assim reduzindo significativamente a degradação ambiental, e um melhor aproveitamento de materiais por parte das organizações, evitando desperdícios e conseqüentemente despejos no meio ambiente.

Desde o princípio, tornou-se necessário adotar algum método para controlar, quantificar e transparecer resultados em uma linguagem clara e de fácil compreensão por qualquer usuário, assim proporcionando com que a contabilidade exercesse tal função. Para Tinoco e Kraemer (2008), a contabilidade define-se como um sistema que realiza mensurações, avaliações e divulgações, com foco nos usuários da informação e lhes permitindo analisar a natureza econômica, financeira, social, ambiental, física e de produção das organizações.

A contabilidade passou por diversas alterações significativas, aderiu ao padrão de normas internacionais, segundo Ludícibus e Marion (2008), isso era previsto quando no início do Século XX ocorreu a queda da chamada Escola

Europeia e a ascensão da chamada Escola Norte-americana. Essa tendência evidenciada demonstra que é possível traçar objetivos e metas, através da análise dos fatos ocorridos durante a evolução da contabilidade.

A estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil garante a essência das transações, após as alterações em instruções normativas, resoluções e deliberação possuem como características qualitativas e fundamentais a Relevância e Materialidade - Qualitativa Fundamental; Representação Fidedigna - Qualitativa Fundamental; Comparabilidade, Verificabilidade, Tempestividade, Compreensibilidade - Característica Qualitativa de Melhoria; Continuidade - Premissa Subjacente; Custo Histórico - Mensuração; Competência - Propósito Geral. Também pode ser dividida em Regimes de Caixa, Competência e Misto. Possui fatos permutativos, modificativos e mistos, segundo Hoss *et al* (2012).

Para suprir melhor a demanda de usuários de diversas áreas, a contabilidade dividiu-se em diversas especializações, como custos, controladoria, orçamentária, societária, tributária, auditoria e ambiental.

Para Silva (2009), afirma que a ciência contábil não possuía preparação para efetuar os registros de forma adequada dos efeitos econômico-financeiros trazidos com os ideais de preservação do meio ambiente. Sendo assim, ocorreu o desenvolvimento de um novo ramo de especialização para tentar acompanhar as alterações geradas, promovendo o nascimento da Contabilidade Ambiental.

Este trabalho terá como seu enfoque principal a Contabilidade Ambiental. Segundo Ribeiro (2010), entende-se que a contabilidade ambiental não seria uma nova ciência, mas uma divisão da contabilidade tradicional, porém possui um objetivo diferenciado, identificação, mensuração e proporcionar esclarecimentos dos eventos e operações econômico-financeiras que vinculam-se com a proteção, preservação e recuperação ambiental com ocorrência em específico período, focando na evidenciação da situação patrimonial de uma organização.

Ribeiro (2010) também entende que a Contabilidade Ambiental acabou-se originando devido ao caminho percorrido pelos processos industriais e para a direção da expansão, assim propondo preservar os patrimônios naturais mundiais, sem deixar de produzir. Para tentar garantir a continuidade operacional, foi criado um cronograma com as seguintes informações:

- manter e expandir o volume de clientes;

- captar recursos externos, oriundos de instituições financeiras, órgãos governamentais ou fornecedores;
- conservar o capital atual e captar adicionais de prováveis investidores;
- estar em conformidade com as regulamentações governamentais;
- e ser aceitas pela comunidade na qual estão inseridas.

Conforme a BM&FBovespa, pensando em garantir a continuidade operacional e preservar o meio ambiente, no ano de 2005 foi criado o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE, que por sua vez tem como objetivo promover boas práticas no ambiente empresarial brasileiro, assim tornando-se uma referência para investimentos socialmente responsáveis.

O Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE é responsabilidade do Centro de Estudos em Sustentabilidade, possui o propósito de demonstrar o retorno médio de uma carteira teórica de ações de empresas de capital aberto e que sejam listadas na BM&F Bovespa. Para alcançar os pretendidos resultados, são aplicados questionários quantitativos e qualitativos com sete dimensões: Ambiental, Social, Econômico-Financeira, Governança Corporativa, Geral, Natureza do Produto e Mudanças Climáticas.

A intenção deste estudo de caso é orientar os gestores de empresas com ramo de atividades ambientais, de como devem proceder na sua administração e para tentar reduzir ou até mesmo evitar os prejuízos causados no meio ambiente, com base nos levantamentos de relatórios emitidos pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE.

Tendo como ponto de partida os pressupostos responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, que por sua vez são assuntos de extrema importância e geram preocupação entre diversos profissionais. Na contabilidade não é diferente, acabou tornando-se necessário que fosse feito levantamento de informações relevantes, porém acaba-se deparando com desafios de mensuração das variáveis ambientais, a fim de garantir uma situação econômica aparentemente estável para a organização.

Surgiu a necessidade de buscar por uma ferramenta de gestão, que por sua vez propusesse uma possibilidade notável na redução da degradação ambiental. Métodos e planejamentos na tomada de decisões impactarão diretamente nos resultados de todo este processo.

1.2 TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

A Contabilidade em si é um tema bem amplo, para suprir as diversas necessidades dos usuários a mesma foi dividida em diversas áreas. Uma das áreas denomina-se Contabilidade Ambiental, que por sua vez surgiu para adequar as organizações às legislações vigentes e promover a sustentabilidade em conjunto com a gestão empresarial.

Mas por ser uma área que sofre constantes alterações, muitas vezes desconhecidas, surgiu a necessidade de um detalhamento de informações para tentar apontar um norte aos usuários. Este trabalho irá apresentar um estudo de caso de empresas do Rio Grande do Sul, listadas na BM&FBovespa e que participaram dos questionários quantitativos e qualitativos expedidos entre os anos de 2008 à 2017 pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE.

Com base na delimitação do tema de pesquisa proposto, a questão de pesquisa para o estudo é: Quais as principais práticas sustentáveis em programas sociais das empresas do Rio Grande do Sul classificadas pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BM&FBovespa?

A definição da questão de pesquisa, além de levar em consideração a delimitação do tema, também considerou a necessidade por mais informações sobre como proceder na gestão de uma organização e em sua contrapartida, promover atos que promovam sustentabilidade e possuindo atenção voltada na destinação de investimentos para programas sociais.

1.3 PROPOSIÇÕES DO ESTUDO

A apresentação das proposições ocorre inicialmente, de modo em que o levantamento de dados bibliográficos aponta um norte à pesquisa, para posteriormente proporcionar a identificação e seleção de informações julgadas como relevantes das principais práticas de sustentabilidade e destinações de investimentos para programas sociais, contidas em Relatórios de Administração e de Sustentabilidade das organizações selecionadas.

Na sequência, após obtidas as respectivas informações contidas nos Relatórios de Administração e de Sustentabilidade das organizações, ocorreu um

procedimento de comparação das mesmas no âmbito que abrangeram as organizações envolvidas no estudo de caso.

Após concluído o procedimento de comparação das informações relevantes, foi possível efetuar a apresentação das principais práticas de sustentabilidade e destinações de investimentos, ocorridas nas organizações que possuem ligação com a pesquisa.

1.4 OBJETIVOS

Com a finalidade de responder a questão de pesquisa, o objetivo geral propõe efetuar procedimentos de pesquisa necessários com finalidade de permitir que haja a realização do levantamento das principais práticas sustentáveis em investimentos sociais das empresas que responderam os questionários e foram classificadas pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE. Bem como, identificação de informações fundamentais relacionadas à contabilidade ambiental nos relatórios de administração e comparação das informações referente às empresas envolvidas na pesquisa.

1.1.1 Objetivo geral

Realizar levantamento das principais práticas sustentáveis em investimentos sociais nas empresas do Rio Grande do Sul classificadas pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE compreendendo o período de 2008 à 2017.

1.1.2 Objetivos específicos

- Realizar o levantamento de dados bibliográficos.
- Identificar informações relevantes dos investimentos destinados à programas sociais contidos em Relatórios de Administração e de Sustentabilidade.
- Comparar as informações das empresas pesquisadas.
- Apresentar as principais práticas das empresas pesquisadas relativas à sustentabilidade.

1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo foi apresentada uma contextualização do tema, bem como os objetivos, a questão de pesquisa e a metodologia.

No segundo capítulo foram apresentadas diversas características contidas na contabilidade, foi explanado sobre a história da contabilidade no Brasil, relatando desde os primeiros registros contábeis até as mais recentes alterações nas legislações vigentes. A divisão da contabilidade em áreas, focando principalmente na Contabilidade Ambiental, motivo pelo qual foi criada e principais objetivos, mencionando as alterações ocorridas nas bases legais. Também será abordada a função dos índices interligados à Bolsa de Valores, principalmente o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE.

No capítulo três foi descrita a metodologia que utilizada para o desenvolvimento do estudo, onde foram evidenciados os diferentes aspectos metodológicos aplicados.

No quarto capítulo foi apresentado o desenvolvimento do estudo de caso, onde será evidenciado como proceder na gestão de uma organização sem afetar diretamente o meio ambiente. Neste capítulo também esteve evidenciado o levantamento de informações relevantes da Contabilidade Ambiental contidas em relatórios da administração de organizações integrantes na Bolsa de Valores.

Ao final, no quinto capítulo, foram apresentadas as conclusões geradas a partir do estudo realizado. Com base nelas foi possível constatar o quão engajadas as organizações encontram-se nas questões de planejamento e desenvolvimento sustentável, com finalidade de garantir a continuação operacional sem que interfira nos processos ambientais naturais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE: O ÍNICIO NO BRASIL

Na expedição de Pedro Álvares Cabral para chegar em território brasileiro, o mesmo estava acompanhado pelo português Pero Vaz de Caminha, que segundo a história foi o primeiro contador existente no país, tinha a responsabilidade de escriturar os registros contábeis relativos à viagem do descobrimento do Brasil.

Nas expedições marítimas portuguesas tinham contador designado para acompanhar as embarcações que possuíam registros contábeis evoluídos para o período, o monge franciscano Luca Pacioli tinha editado seu livro impresso *Summa de Arithmetica* onde se difundiu o uso das partidas dobradas, que na época nomeavam-se Partidas Italianas. As Partidas Dobradas foram trazidas ao Brasil pelos portugueses que nos enviaram seus contadores: Gaspar Lamengo, primeiro contador da Casa Real e Bastião de Almeida, nomeado Guarda-Livros das casas da Fazenda, Contos e Alfândega (SÁ, 2008, p. 20-22).

Torna-se necessário salientar que as partidas dobradas chegaram ao Brasil após o ano de 1500, contudo sua utilização do método teve seus primeiros registros aproximadamente no ano 1340, em Gênova (HANSEN, 2002, p. 81).

2.2 SÉCULOS XVIII, XIX E XX

A Contabilidade no Brasil foi influenciada pela França, que no ano de 1836, por intermédio da Academia de Ciências da França, reconheceu a Contabilidade como estudo científico (SÁ, 2008, p. 54).

No Brasil, em 1837, na cidade do Rio de Janeiro, houve a publicação do primeiro livro escrito por um brasileiro sobre Contabilidade. Este livro, de autoria de Estevão Rafael de Carvalho, graduado pela Universidade de Coimbra, foi intitulado: *Metafísica da Contabilidade Comercial*. A proposta de Carvalho era indicar a Contabilidade como uma ciência. Esse mesmo entendimento havia se tornado tendência na Europa (SÁ, 2008, p. 55).

Contudo, a evolução da Contabilidade no Brasil, foi intensa a partir do século XIX, período do império. Houve o reconhecimento pelo imperador em 1870, a função

do contador como profissão liberal. Que nesta época já havia o reconhecimento da Contabilidade como um sistema ordenado e harmônico (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2001, p. 15).

Este sistema ordenado e harmônico deveu-se ao fato de que desde 1860 a Contabilidade no Brasil era regulamentada pela Lei n.º 1.083 de 22 de agosto do mesmo ano, elaborada 10 anos após o Código Comercial Brasileiro com objetivo de aprimorá-lo. O Código Comercial Brasileiro relatava sobre a obrigatoriedade de se manter a escrituração contábil regular e efetuar a manutenção dos livros contábeis pelos comerciantes do período (IUDÍCIBUS; RICARDINO, 2002, p. 7).

No ano de 1905, a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Escola Prática de Comércio de São Paulo, com a publicação do decreto n.º 1.339 de 09 de janeiro do mesmo ano, passaram a formar e diplomar oficialmente os contadores do período que eram nomeados de Guarda Livros e Perito-Contador (COLIATH, 2003, p. 133).

A influência da Legislação na Contabilidade foi percebida com mais intensidade a partir dos primeiros vinte anos do século XX, quando houve a implantação do Imposto de Renda, cuja a base de cálculo coincidia com o lucro contábil (COLIATH, 2003, p. 134).

Continuando sobre o assunto Legislação na Contabilidade, Sá, (2008, p. 61) cita: “A história comprova que leis comerciais, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e a burocracia defluente sempre foram decisivos fatores para a dilatação do mercado de trabalho do contabilista”.

A prática contábil acabou sofrendo influência das legislações fiscais específicas. Como exemplo cita-se a depreciação de bens do ativo imobilizado, que servia como norte para os profissionais da contabilidade na avaliação do valor a ser depreciado (FREIRE *et al*, 2012. p. 5).

2.3 DÉCADAS DE 40 E 60

Em 26 de setembro de 1940, ocorreu a publicação do Decreto-Lei nº 2.627, que estabelecia os procedimentos legais para a Contabilidade. Este decreto instituiu regras para avaliar os ativos e apuração e distribuição de lucros. Também elaborou as contas de Reservas e determinou padrões para a publicação do Balanço e da

Demonstração de Lucros e Perdas, e também considerado como primeira Lei das Sociedades Anônimas (SCHMIDT, 1996).

Um pouco mais tarde, em 27 de maio de 1946, houve a publicação do Decreto-Lei nº 9.295, instituindo os Conselhos Regionais de Contabilidade - CRC. O intuito de sua criação foi para fiscalizar o exercício da profissão contábil e sendo subordinado do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, também criado pelo mesmo decreto. As normas baixadas pelo CFC são emitidas através de documento intitulado Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC, subdivididas em Normas Profissionais de Contabilidade - NBC-P e Normas Técnicas de Contabilidade - NBC-T (BACCI, 2002, p. 100-102).

O Decreto-Lei nº 9.295 teve grande importância para a classe contábil, uma vez que “[...] as primeiras proposições legais que, no mesmo ano de publicação, viriam a trazer no âmbito legal uma profissão que já possuía toda a legitimidade e que só precisava da lei para assegurar o exercício digno da profissão” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2001, p. 8).

Contudo, estudiosos da contabilidade, em meados dos anos 60 pediam por um novo avanço da ciência contábil e houve a edição da nova Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, revogando o Decreto-Lei nº 2.627 em quase sua totalidade (IUDÍCIBUS; RAMOS; CATELLI, 1964, P.30-31).

A Lei 6.404, conduziu como avanço a transparência empresarial, permitindo aos investidores uma melhor sensibilidade aos riscos assumidos por estes. As ações na Bolsa de Valores de São Paulo, hoje denominada Bolsa de Mercadorias e de Futuros - BM&F se tornaram mais atrativas na visão dos investidores (BOUCINHAS, 1977, p. 7-8).

2.4 ADESÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

O primeiro congresso de contabilidade nacional realizou-se no ano de 1924, e denominou-se como I Congresso Brasileiro de Contabilidade e para BACCI (2002, p. 85): “O congresso tinha como objetivo estudar todos os assuntos pertencentes à Contabilidade e a profissão, com vistas ao aperfeiçoamento técnico, evolução da classe e procurando definir a Contabilidade e sua forma de escrituração”.

Na Europa e nos Estados Unidos, em período anterior a Segunda Guerra Mundial, já existia a necessidade da padronização de balanços. Na Europa era

estudada uma prática profissional, que permitia adotar um plano contabilístico e a uniformização de balanços, ao mesmo tempo que nos Estados Unidos eram abordados os princípios aceitos para a adoção de sistemas de contabilidade (CARQUEJA, 2003, p. 123).

Esta padronização possui os benefícios de assegurar a comparação das demonstrações financeiras em âmbito internacional, evitando distorções e proporcionando a busca de capital estrangeiro. Tornando-se relevante o benefício na formação do profissional de contabilidade com reconhecimento internacional, podendo atuar em outros países, sem necessidade de custos com treinamentos adicionais (BACCI, 2002, p. 83).

Para auxiliar no avanço do pensamento contábil nacional, no ano de 1977 realizou-se a 12ª Conferência Interamericana de Contabilidade, onde 25 membros do Brasil tiveram participação efetiva nos trabalhos (REVISTA PAULISTA DE CONTABILIDADE, 1977).

No século XXI, a globalização da economia tornou-se instantânea a necessidade de uniformizar as Demonstrações Contábeis. O público estratégico sentiu necessária a comparação das informações econômico-financeiras das organizações, fator que determina a harmonização contábil mundial (CRAVO, 2000, p. 71).

Com o propósito de harmonizar as Normas Brasileiras de Contabilidade com as Normas Internacionais de Contabilidade, em 28 de dezembro de 2007, houve a promulgação da Lei nº 11.638 que alterou e revogou os dispositivos da Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/1976. E na data de 27 de maio de 2009, houve a promulgação da Lei 11.941, criada a partir da Medida Provisória nº 448 de 26 de novembro de 2008, que surgiu para corrigir as divergências existentes entre a Lei nº 11.638/2007, o Regulamento do Imposto de Renda - RIR e o Código Civil - CC.

Outro fator que contribuiu com a harmonização das Normas Contábeis no país, foram as Resoluções do Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC, que regulamentam e normatizam a contabilização da operação. O CPC foi criado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.055 de 7 de outubro de 2005, possui como objetivo em seu parágrafo 3º:

[...] o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora

brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, RESOLUÇÃO CFC Nº 1.055, 2005).

2.5 ESCOLAS ITALIANA E AMERICANA

A escola italiana foi trazida ao país pelos portugueses, sua influência motivou a implantação das nomeadas partidas italianas, ou método das partidas dobradas. Este método incorporou aos registros contábeis o conceito de capital e tornou a possibilidade de apuração do lucro de um empreendimento em um determinado período (SCHMIDT, 1996).

Até a década de 1940, a escola italiana com sua personalidade e controle ainda era fator que efetuava determinações nos ideais doutrinários no Brasil. Passado este período, inicia-se a predominância da escola americana, possuindo o pensamento de a contabilidade ser a ciência do patrimônio, coincidindo com o período de implantação dos cursos superiores de contabilidade no país (SÁ, 2008, p. 360).

A escola americana se destacou por formular e conceituar os princípios contábeis, fundamentais para garantir a evolução da contabilidade americana com base ao crescimento significativo da economia nos Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX (FRANCO, 1977).

2.6 CONCEITOS TRAZIDOS COM A LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS

A Lei nº 6.404/1976 ou mais conhecida como Lei das Sociedades Anônimas, focava seus ideais nos princípios e normas, permitindo aos profissionais de Contabilidade determinar a sua aceitação aos empresários que resistiam em reconhecer a validade e aplicabilidade de alguns princípios e normas (FRANCO, 1997, p. 3).

A Lei 11.638/2007 propôs a alteração na terminologia de Demonstrações Financeiras para as denominadas Demonstrações Contábeis, passando a se referir ao conjunto de publicação das informações contábeis publicadas pelas organizações.

A mesma lei, trouxe a determinação da periodicidade anual na elaboração e publicação das demonstrações contábeis como foi estabelecido pelo artigo nº 175 da Lei das Sociedades Anônimas. No artigo nº 179 da mesma lei, com parágrafo único estipula a alteração do período do denominado curto prazo, que era de 180 dias e passando a ser de um ano. No seu artigo nº 177 há a contemplação do princípio da Uniformidade, determinando que a uniformidade de critérios contábeis reforça o regime de competência e realça os princípios contábeis aceitos (FRANCO, 1997, p. 3).

A Lei 6.385 de 07 de dezembro de 1976 instituiu a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, proporcionando que houvesse credibilidade ao mercado de capital brasileiro e tranquilizando os investidores, possui vinculação com o Ministério da Fazenda. A CVM possui como responsabilidade a fiscalização e o cumprimento das normas sobre atividades das companhias abertas – Sociedades Anônimas e do mercado de valores mobiliários (BOUCINHAS, 1977, p. 7).

A Comissão de Valores Mobiliários possui como principal objetivo garantir a proteção das minorias acionárias no mercado de capitais, garantindo que sejam cumpridas as normas contábeis e exigindo a transparência nas Demonstrações Contábeis (BACCI, 2002, p. 105).

A convergência das antigas normas de contabilidade previstas na Lei 6.404/1976, para o IFRS teve apoio da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Banco Central - BACEN e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, estes são os principais órgãos reguladores no país. A parceria com estes órgãos proporcionou uma melhor compreensão das normas de contabilidade e gerou a emissão de orientações nos possíveis pontos de conflito (PEREIRA FILHO; RIBEIRO, 2010, p. 47-48).

No Brasil, no período entre 1970 até o ano de 2007, a responsabilidade de estabelecer os padrões de contabilidade em conformidade com as normas tributárias era papel do fisco. A partir de 2008, com a adoção do IFRS na contabilidade brasileira, as normas tributárias deixar de influenciar nos padrões contábeis, agora estabelecidos com base na essência econômica e não mais na norma legal. Assim possibilitando que os registros contábeis e as Demonstrações Contábeis, pudessem demonstrar o desempenho econômico-financeiro das organizações brasileiras (COSTA; SUZART; ACUÑA, 2013, p. 46).

A Lei nº 11.638/2007 em conjunto com a Lei nº 11.941/2009, trouxeram o início de alterações nos padrões contábeis brasileiros para o padrão internacional, proporcionando a modernização da contabilidade nacional e alterando os dispositivos contidos na Lei nº 6.404/1976 (COSTA; THEÓPHILO; YAMAMOTO, 2012, p. 111).

A Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, originada a partir da Medida Provisória nº 449/2008, propõem esclarecer quaisquer distorções fiscais e harmonização de normas contábeis no processo de convergência.

A lei citada no parágrafo anterior, em seus capítulos iniciais, aborda o parcelamento de dívidas tributárias e remissão dos créditos tributários pertencentes à Fazenda Nacional. Também faz o detalhamento do denominado Regime Tributário de Transição - RTT, no qual foi válido pelo período de seis anos, sendo extinto no ano de 2014, devido a Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014 (BRASIL, Lei nº 11.941, 2009; BRASIL, Lei nº 12.973, 2014).

O RTT foi criado pelo Governo Brasileiro, com a finalidade de garantir a neutralidade tributária para organizações que aderissem às alterações dos padrões contábeis para o IFRS, conforme orientação contida na Lei nº 11.638/2007. Após a adesão do RTT nas organizações, o fisco propôs manter a arrecadação na mesma média ocorrida no ano de 2007 (COSTA; SUZART; ACUÑA, 2013, p. 46).

No ano de 1993, o Conselho Federal de Contabilidade - CFC alterou a Resolução nº 750, que gerou e tornava obrigatório a utilização dos Princípios Fundamentais de Contabilidade - PFC no exercício da profissão contábil. E sendo determinação dos PFC, as condições de legitimidade para as Normas Brasileiras de Contabilidade (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, Resolução nº 750, 1993).

Algum tempo depois, o Conselho Federal de Contabilidade - CFC gerou a Resolução nº 1.374 de 08 de dezembro de 2011, anulando a Resolução nº 1.121/2008 e propondo inovação na redação da NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. A nova roupagem da redação tornou-se necessária pelo fato da revisão do Pronunciamento Conceitual Básico R1 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, Resolução nº 1.374, 2011).

O Conselho Federal de Contabilidade - CFC através da Resolução CFC nº 1.055 de 07 de outubro de 2005, criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com o planejamento de efetuar a elaboração dos pronunciamentos contábeis brasileiros em conformidade com o respectivo padrão internacional. O CPC também compreende o processo de convergência de padrões (COSTA; THEÓPHILO; YAMAMOTO, 2012, p. 111-112).

O CPC possui como objetivos:

[...] O CPC tem como objetivo o estudo, o preparo, e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de Informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL).

Os denominados Postulados Ambientais da Contabilidade apontam o ambiente no qual as organizações atuam e servem como base na estrutura contábil. Consideram-se postulados a Entidade e Continuidade (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2017, p. 76).

O postulado pode ser definido como uma preposição ou observação de determinada realidade que pode ser caracterizada como não sujeita à verificação, ou incontestável (IUDÍCIBUS, 2015, p. 33).

O Postulado da Entidade define-se como: “A Contabilidade é mantida para as Entidades; os sócios ou quotistas destas se diferem para efeitos contábeis” (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, Deliberação nº 29, 1986).

A Continuidade recebe o tratamento pelo CPC 00 como sendo um pressuposto que a organização não possui intenção de reduzir ou cessar as suas atividades. Havendo esta necessidade, as demonstrações contábeis deverão efetuar a divulgação da base proposta para cálculo (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL, Pronunciamento Contábil - CPC 00, 2008).

Os postulados possuem origem nos Princípios Contábeis, que podem ser definidos como:

[...] os conceitos básicos formadores do núcleo essencial que deve guiar a profissão na consecução dos objetivos da Contabilidade, os quais, [...] consistem em apresentar a informação estruturada para os usuários (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2017, p. 69).

As particularidades de melhorias das Demonstrações Contábeis possuem como objetivo: “[...] proporcionar auxílio na determinação de qual alternativa seja considerada equivalente em termos de relevância e confiabilidade de representação deverá ser utilizada para retratar um acontecimento” (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL, CPC 00, 2008).

Nas instruções normativas CPC 00, Resoluções CFC n.º 1.374/2011 e Deliberação CVM nº 675/2011 apresentam os seguintes Princípios Contábeis após alterações nas suas respectivas bases legais: Relevância e Materialidade - Qualitativa Fundamental; Representação Fidedigna - Qualitativa Fundamental; Comparabilidade, Verificabilidade, Tempestividade, Compreensibilidade - Característica Qualitativa de Melhoria; Continuidade - Premissa Subjacente; Custo Histórico - Mensuração; Competência - Propósito Geral.

Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o CPC nº 25 – IAS 37, trata das provisões, ativos e passivos contingentes. Possui objetivo de estabelecer a aplicação dos critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes e garantir a divulgação da informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários compreendam a sua natureza, oportunidade e valor.

Este pronunciamento deverá ser aplicado por todas as entidades na contabilização de provisões, e de passivos e ativos contingentes, exceto:

- a) os que resultarem de contratos a serem executados, a menos que o contrato seja oneroso; e
- b) os abrangidos em outro pronunciamento.

Ainda explanando sobre o CPC nº 25, possui os seguintes termos utilizados, com seus respectivos significados:

- Provisão - passivo de prazo ou de valor incertos.
- Passivo - obrigação presente da entidade, originada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- Evento que cria obrigação - evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.
- Obrigação legal - é considerada uma obrigação que deriva de:
 - a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);

b) legislação; ou

c) outra ação da lei.

- Obrigação não formalizada - obrigação que decorre das ações da entidade em que:

a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e

b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

- Passivo contingente:

a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

- Ativo contingente - ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

- Contrato oneroso - contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

- Reestruturação - programa planejado e controlado pela administração e que altera materialmente:

a) o âmbito de um negócio empreendido por entidade; ou

b) a maneira como o negócio é conduzido.

O item nº 19 do CPC, promove o reconhecimento de como uma provisão dispõe de obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade, ou estipular métodos de gerenciamentos das organizações em longo prazo. São exemplos de tais obrigações as penalidades ou os custos de limpeza de danos ambientais ilegais, que em ambos

os casos originariam a liquidação como uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos independentemente das ações futuras da entidade.

Por outro lado, o item nº 21 do mesmo CPC, garante que um evento que não gera de imediato uma obrigação poderá gerar em data futura, devido alterações efetuadas na lei ou pelo simples fato um ato da entidade daria origem a uma obrigação não formalizada. Por exemplo, quando forem causados danos ambientais, pode não haver obrigação para remediar as consequências. Porém, o pressuposto de ter havido o dano acaba tornando-se um evento que origina obrigações quando uma nova lei exige que o dano existente seja retificado ou quando a entidade publicamente aceita a responsabilidade pela retificação de modo a criar uma obrigação não formalizada.

A aplicabilidade da norma CPC nº 25 - IAS 37, faz implicação que os passivos contingentes não sejam reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, exceto quando:

- seja mais provável que sim do que não que a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- seja mais provável que sim do que não que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

O Pronunciamento, bem como as demais normas do IASB, baseia-se em princípios que estabelecem em que circunstâncias devem ocorrer o provisionamento ou mesmo a divulgação em nota explicativa dos passivos da entidade. O CPC entende que não seria adequado definir critérios de provisionamento com base no estágio em que se encontram as disputas judiciais ou administrativas (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC 25, 2009).

A natureza social da Contabilidade traduz-se na preocupação pela compreensão da maneira com que os indivíduos ligados à área contábil criam, modificam e interpretam os fenômenos contábeis, relata Santos *et al* (2014, p. 5).

Para Santos *et al* (2014), a Contabilidade possui a função específica de captar, registrar, acumular, estudar e interpretar os fenômenos contábeis originados da gestão patrimonial de pessoas físicas ou jurídicas.

De acordo com Santos *et al* (2014), o profissional contábil é um dos principais responsáveis pela saúde das organizações, pois se as mesmas não

possuírem planejamentos poderão ter que interromper a continuidade operacional e conseqüentemente prejudicando seu quadro de colaboradores.

Santos *et al* (2014) argumenta que, desde o início das primeiras transações econômico-financeiras, a contabilidade é responsável por controlar todas as movimentações. Assim tornando-se a principal responsável pela apresentação dos resultados obtidos.

Também para Santos *et al* (2014), como não era possível gerir diversos segmentos, houve uma divisão em áreas específicas, para suprir procedimentos propostos por legislações diversas. Após se tornar objeto relevante a preservação e responsabilidade ambiental, tornou-se fundamental existir uma área específica nesta questão, assim originando-se a Contabilidade Ambiental.

2.7 CONTABILIDADE AMBIENTAL

A preocupação com problemas causados ao meio ambiente é uma questão de nível global e de longa data. Devido estes agravantes, com a ciência contábil não foi diferente, foram feitas divisões em diversas áreas específicas para melhor compreender e suprir as necessidades que surgiam conforme o passar do tempo, assim a denominada Contabilidade Ambiental desempenharia a função de gerir as organizações de acordo com o surgimento de possíveis eventos ambientais.

Ribeiro (2005) relata que o desenvolvimento da Contabilidade Ambiental resultou da busca por informações adequadas às características da gestão ambiental. A partir do momento que surgiram os problemas de gestão referentes ao meio ambiente, os gestores passaram a buscar na contabilidade informações financeiras que os auxiliassem neste tema, sendo que os contadores de fato não estariam preparados para efetuar o respectivo controle necessário.

Carvalho (2010) menciona que o marco inicial da Contabilidade como ciência da sustentabilidade, se deu a partir da necessidade por parte das organizações de existir um sistema contábil que contemple o conjunto de variáveis sociais, ambientais e econômicas.

No Brasil, o ponto inicial da Contabilidade Ambiental se deu através da Norma e Procedimento de Auditoria - NPA nº 11 de 1996, abrangendo Balanço e Ecologia pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, tendo como seu principal objetivo estabelecer ligações entre a Contabilidade e o Meio

Ambiente. Neste pronunciamento há uma implicação na adoção de processos de gestão ambiental nas organizações, questionando os registros dos Ativos e Passivos ambientais, bem como elementos patrimoniais contidos nas demonstrações contábeis (INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL - IBRACON, 1996).

A Resolução nº 1.003 que aprova a NBC T nº 15, referente às Informações de Natureza Social e Ambiental, sofreu alteração pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em 19/08/2004. Essa norma gerou uma demonstração denominada Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental - DINSA, propondo a apresentação de informações socioambientais das organizações (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC, 2004).

Segundo Ribeiro (2010), o que se pode medir e fazer constar, nas demonstrações contábeis, são os eventos e transações econômico-financeiros, que refletem a interação da empresa com o meio ambiente.

Para Tinoco e Kraemer (2011),

As questões ambientais, ecológicas e sociais, hoje presentes nos meios de comunicação, vem fazendo com que os contadores e os gestores empresariais passem a considerá-las nos sistemas de gestão e de contabilidade, dando ensejo ao reconhecimento da Contabilidade Ambiental.

De acordo com cada atividade operacional nas organizações de diversos setores, a continuidade pode ser afetada de âmbitos diferentes, podendo impactar gradativamente na qualidade de vida das pessoas e no próprio ambiente ao seu redor, conforme realçam Tinoco e Kraemer (2011, p. 42).

Para Bergamini Jr. (2000), “a contabilidade financeira ambiental tem o objetivo de registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os efeitos das mesmas que afetam, ou deveriam afetar, a posição econômica e financeira dos negócios da empresa”.

A Contabilidade Ambiental possui uma função estratégica na medida em que a adoção de políticas eficazes se tornam mais evidentes a partir do momento que dispõe de sistemas. A evolução dos sistemas de Contabilidade Ambiental em uma organização possui dois fatores, citam Schaltegger e Burritt (2000):

- a pressão exercida pelo público estratégico – a existência desta ferramenta permite controlar e evidenciar de uma maneira mais dedicada as responsabilidades no desempenho ambiental da organização;
- a relevância econômica dos custos ambientais – o aumento significativo resultante do processo de evolução da política ambiental e do conhecimento científico necessário na área do meio ambiente.

O ponto de colaboração mais fundamental deixado pela Contabilidade Ambiental é a promoção da transparência e disponibilização de informações em quantidade significativa aos investidores. Assim, proporcionando facilidades nas tomadas de decisões baseadas em atitudes ambientais das organizações, originadas de indicadores e informações de desempenho ambiental (Gonçalves & Heliodoro, 2005).

Para gerir a Contabilidade Ambiental, do inglês *Environmental Management Accounting* (EMA), não existe um único método a ser aceito. A *International Federation of Accountants* - IFAC, declara que o EMA define-se como gestão ambiental e econômica, através da evolução das práticas e sistemas contábeis.

Uma outra definição é proposta pela ISAR, destacando os lados físico e monetário do EMA. Esta nova definição foi proposta por um conselho internacional composto por trinta nações. Para o conselho, o EMA define-se através da análise, coleta, identificação e utilização de duas variáveis para tomada de decisões internas:

- informação física sobre a utilização, os destinos e fluxos de água, energia e materiais (incluindo resíduos); e
- informação sobre as despesas monetárias interligadas ao meio ambiente, ganhos e perdas.

Estas variáveis evidenciam as informações habituais utilizadas em grandes organizações, que adotaram o conceito ou sistema, tornando padrão a análise e o modo de interpretar as informações. Neste contexto, a relação entre a Gestão Ambiental e outras atividades da organização, estão subordinadas aos modelos de decisão, informação e mensuração do EMA (IFAC, 1998).

Para Young (2003), mesmo havendo diversas maneiras de agrupar os recursos naturais, torna-se comum a prática de separá-los em duas categorias, recursos exauríveis e recursos de fluxo.

Os recursos exauríveis promovem exploração pela atividade humana, levando à redução na sua disponibilidade a longo prazo, como por exemplo os

recursos minerais e florestais. A disponibilidade a longo prazo pode apresentar variação conforme andamento da exploração dos recursos; sendo assim, o enquadramento de um recurso como exaurível prevê a possibilidade de escassez. Deve-se existir a preocupação com as modificações nos estoques destes recursos e com a extinção de riqueza decorrente de sua não disponibilidade para as gerações futuras. Este conflito já era objeto de estudo pela microeconomia há certo tempo e o debate sobre Contas Ambientais proporcionou uma visão macroeconômica, baseando-se nos aspectos que a economia não pode ter um trajeto sustentável se for apenas basear-se na exaustão de recursos naturais finitos.

E quanto os recursos de fluxo, podem ter suas condições originais recuperadas pela ação natural ou humana, como por exemplo ar e água. A aplicação destes recursos não faz redução em seus estoques, ao menos no curto prazo. Porém, podendo ocorrer degradação, contaminação ou outras maneiras de redução de qualidade que proporcionam perdas na capacidade de produção e na qualidade de vida de membros das comunidades afetadas.

No ponto de vista de Carvalho (2010), a interrogação do valor da natureza, pode gerar certos questionamentos, por exemplo sobre o valor de uma ararinha azul (em extinção); ou talvez qual o valor de um pau-brasil (também em extinção); ou qual o valor de cem hectares de cerrados destruídos pelas queimadas com o objetivo de plantio de soja. A preocupação relacionada à mensuração desses recursos naturais que estão sujeitos à degradação e extinção, tornando-se, finitos no ambiente.

Para entendimento da questão do valor da natureza, torna-se necessário efetuar a avaliação dos ativos que possuem valor monetário, ético, estético, cultural e intrínseco. Havendo a relação com alguma das características citadas, acaba-se simplificando o processo de sua mensuração. Uma vez havendo o valor de troca de um bem, o mesmo irá compor o valor econômico dos recursos naturais.

A questão de dar valor à natureza possui certa complexidade, mesmo havendo mais de um método que determine o respectivo valor. Mueller (2012) relata aspectos interligados com impactos ambientais decorrentes do deficiente funcionamento da economia, tornando-se difícil a proposta de dar valor baseada nas relações entre o sistema econômico e a natureza apropriada e controlada (NAC):

[...] para recursos ambientais como o petróleo e outros minerais, geralmente existem informações abundantes sobre estoques, fluxos e valores de mercado, que permitem, sem maiores problemas, calcular em termos monetários as variáveis necessárias. No caso da poluição, existem técnicas de valoração que tornam possível estimar seus custos em termos do desconforto ou do prejuízo sentidos por agentes econômicos. É bem mais complexa, porém, a valoração de impactos ambientais como a perda de resiliência de ecossistemas e de outros efeitos dessa natureza [...]

Para Mota *et al.* (2010), a degradação ambiental resulta em perdas para os entes da natureza, atividades econômicas e manutenção ou melhoria do bem-estar humano, devido a ocorrência de alterações no processo produtivo, na saúde humana, no habitat natural, na vegetação, no clima, na qualidade do ar, na vida animal, nos monumentos históricos e outras paisagens do meio ambiente.

A evidenciação de fatos contábeis ambientais retrata o término do processo financeiro e operacional de um determinado período, denominando-se como contabilidade de exercício social ou ciclo operacional, podendo sofrer variação de acordo com a análise feita sobre o patrimônio. A evidenciação é a ferramenta que permite a possibilidade de realizar análises quanto aos resultados obtidos pela entidade (Braga, 2009).

No momento em que a Contabilidade efetua a disponibilização das informações, deve-se considerar o seu objetivo principal, que é garantir o fornecimento de informações úteis aos seus diversificados usuários, contribuindo na tomada de decisões. No entanto, estas informações úteis, devem atender às características qualitativas apresentadas pelo *Financial Accounting Standard Boards* – FASB, sem as mesmas não havendo o cumprimento de suas obrigações (Hendriksen & Breda 1999).

Para Carvalho (2010), as organizações e pesquisadores da área contábil e ambiental questionam-se sobre o motivo que supostamente conduziria uma organização a de fato efetuar a evidenciação de informações ambientais. A escolha por registrar os fatos contábeis interligados ao meio ambiente não tem sido decisão única da entidade. Influências externas a esta têm conduzido a identificar, mensurar, registrar e evidenciar a ocorrência dos fatos.

Esta evidenciação ocorre de forma eficaz em determinados setores da atividade econômica, devido a fatores, como: os métodos de organização dos empreendimentos, o ramo de atividade com capacidade elevada de poluição,

principalmente em áreas petroquímica, papel e celulose, química e extrativismo mineral.

Já o ponto de colaboração mais fundamental deixado pela Contabilidade Ambiental, é a promoção da transparência e disponibilização de informações em quantidade significativa aos investidores. Assim, proporcionando facilidades nas tomadas de decisões baseadas em atitudes ambientais das organizações, originadas de indicadores e informações de desempenho ambiental (Gonçalves & Heliodoro, 2005).

2.8 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A suposta origem dos indicadores de desempenho sustentável, em âmbito mundial, foi conduzida através uma linha de consolidação após a crise mundial de 2008, devido ao baixo desempenho dos mercados de ações. Para Sartore (2012), a baixa confiabilidade nos investimentos em ações fortaleceu, porém, as práticas de investimentos socialmente responsáveis - ISR, caracterizando-se pela forte tendência à cooperação social relacionada à reformulação do mercado financeiro.

Segundo Sartore (2012), há uma tendência, no mercado, que possibilita as organizações socialmente responsáveis terem melhores rendimentos, assim originando o suposto movimento denominado “finanças sustentáveis”.

De acordo com Machado, Machado e Corrar (2009), devido ao aumento da preocupação com responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, há diversos motivos que conduzem as organizações a participarem do movimento pelo social. A partir deste ponto de vista, indicadores foram projetados e melhorados para garantir a avaliação no desempenho e a valorização de ações de empresas que investem em responsabilidade social e ambiental.

Marcondes e Bacarji (2010), efetuam a apresentação da alteração dos índices de sustentabilidade criados pelos mercados mundiais. Citam que, o primeiro índice a ser desenvolvido foi *Dow Jones Sustainability* - DJSI integrante da Bolsa de Valores de Nova Iorque, no ano de 1999. Dois anos mais tarde, em 2001, a Bolsa de Valores de Londres comunicou o surgimento do FTSE4Good. Continuando o desenvolvimento dos índices, em 2003, foi apresentado aos investidores o JSE, de Johannesburgo - África do Sul.

Szekely e Knirsch (2005), correlacionam a identificação de gestores de sustentabilidade para os Índices de Sustentabilidade Dow Jones basear-se na qualificação de sustentabilidade corporativa através de levantamentos de informações da *SAM Research*. São adotados critérios e ponderações que permitem gerar avaliação nas oportunidades e em riscos decorridos das evoluções econômicas, ambientais e sociais para as organizações elegíveis do DJSI.

A função do DJSI é acompanhar o desenvolvimento financeiro de organizações que destacam-se no quesito desenvolvimento sustentável. A seleção das organizações que irão participar do processo, se dá a partir de um diversificado questionário centrado em desempenho ambiental, social e econômico, incluindo indicadores de governança corporativa. O DJSI possui uma metodologia denominada como *Best in Class*, que propõe selecionar organizações com melhor desempenho em cada um dos setores econômicos, excluindo-se desta relação apenas companhias do setor de defesa com mais de 50% do faturamento provindo da venda de armas (BOVESPA, 2005).

Já o FTSE4Good, composto por quatro índices, foi criado pela empresa de pesquisa EIRIS e propõe avaliar o desempenho de organizações globais através de critérios ambientais de direitos humanitários e de envolvimento de público estratégico, porém, em suas avaliações é feita a exclusão das indústrias bélica, nuclear e tabagista (BOVESPA, 2005).

O FTSE denomina-se como uma companhia independente de propriedade conjunta do *Financial Times* e do *London Stock Exchange*, e possui como objetivo o manuseio dos índices e serviços que relacionam-se com informações em escala internacional fora do Reino Unido, além de proporcionar a representação de variadas referências e índices negociáveis, gerando facilidades ao público estratégico nos investimentos em organizações com excelente histórico na questão da responsabilidade social da corporação (SZEKELY; KNIRSCH, 2005, p. 634).

E o JSE, foi considerado como um índice SRI - *Socially Responsible Investment* no ano de 2003. Apesar de existir relevante inspiração com o FTSE4Good, o índice SRI da JSE não faz a exclusão dos setores econômicos como os demais índices, porém ao invés de excluí-los, o JSE classifica-os por setores de “alto impacto”. As notas de risco pertencentes ao JSE são originadas com base em critérios sociais, econômicos, ambientais e de governança corporativa, sendo avaliadas do ponto de vista de políticas, gestão e desempenho, contudo há uma

consulta pública. Alguns critérios são considerados como eliminatórios e, sendo assim, as organizações devem pontuar nestas categorias para serem integrantes no ranking do JSE (BOVESPA, 2005).

O marco significativo para a Bolsa de Valores de São Paulo, ocorreu em junho de 2003, devido questionamento feito por Luiz Maia (Gestor de Asset do Banco ABN Anro Real) ao presidente da Bolsa sobre a criação de um índice seguindo os modelos do DJSI e do FTSE4Good. O ABN AMRO foi responsável pela criação do primeiro fundo de investimento no país, integrado por organizações focadas no desenvolvimento de excelentes práticas de responsabilidade social, ambiental e corporativa, denominado Fundo *Ethical* no Brasil, em 2001 (MACHADO; MACHADO; CORRAR, 2009).

O Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE iniciou suas atividades em novembro de 2005, foi o quarto índice desta natureza a ser lançado em âmbito mundial, financiado pela *International Finance Corporation* - IFC e seguindo a metodologia do Centro de Estudos em Sustentabilidade - FGVces. É uma ferramenta pioneira na América Latina, tem como objetivo propiciar a criação de um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade e almeja proporcionar nas organizações a responsabilidade ética. A primeira carteira do índice foi composta por 34 ações de 28 empresas que eram avaliadas conforme as ações de sustentabilidade empresarial desenvolvidas pelas organizações (MARCONDES; BACARJI, 2010).

Segundo o Centro de Estudos em Sustentabilidade - GVces, O Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE é uma ferramenta que permite análise comparativa da performance das empresas listadas na BM&FBovespa sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa.

O Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE segue os modelos estipulados pelos índices *Dow Jones Sustainability Index* - DJSI, FTSE4Good Séries e *Johannesburg Stock Exchange SRI Index* - JSE (BM&FBOVESPA, 2010).

Para BM&FBovespa (2012), o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE possui a visão de ressaltar as organizações que conforme avaliação da própria Bolsa de Valores, atingirem melhores resultados com base à responsabilidade social e sustentabilidade econômica e ambiental.

Para participar do processo de inscrição no Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE, há a necessidade que seja efetuado o pagamento de uma taxa referente a participação das organizações no processo seletivo anual. As taxas de participação podem sofrer variação devido a capitalização bursátil das organizações e os valores são atualizados anualmente considerando a inflação - IPCA, conforme previsão no Regulamento do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE. A taxa de participação é estabelecida a ponto que se adeque à cobertura das despesas envolvidas no processo de verificação e gestão do índice.

Tabela 1 – Taxas de Participação no Processo ISE 2017/2018

Capitalização Bursátil	Taxa de Inscrição
Simulado	R\$ 6.650,00
Treineira	R\$ 6.650,00
Inferior a R\$ 1,5 bi	R\$ 18.860,00
Entre R\$ 1,5 bi e R\$ 5 bi	R\$ 21.930,00
Entre R\$ 5 bi e R\$ 20 bi	R\$ 24.940,00
Superior a R\$ 20 bi	R\$ 27.880,00

Fonte: BM&FBOVESPA (2017).

O Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE reflete o provável retorno de uma carteira composta por ações de organizações com envolvimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atua com a promoção de boas práticas no meio empresarial brasileiro (BM&FBOVESPA, 2012).

Em publicação de matéria no portal de notícias da Revista Exame, é ressaltado por Macedo *et al.* (2012), que

o ISE é citado como o principal referencial para os fundos de ISR do país. O ISE tem sido utilizado por fundos-espelho (fundos passivos), que refletem exatamente a composição da carteira do índice e fundos ativos, que o utilizam como um referencial, mas não seguem sua composição específica.

A escolha das organizações que irão fazer parte do índice é feita anualmente, por meio de envio de questionário às mesmas. Conforme Luz (2009), o preenchimento do questionário se dá de forma voluntária e no âmbito ambiental as organizações são classificadas como de “alto impacto” e “impacto moderado”, e as empresas do setor financeiro possuem um questionário diferenciado. A ferramenta

possui extensões que avaliam variados aspectos da sustentabilidade, sendo atribuído peso 100 para cada extensão do questionário, ocorrendo a subdivisão de critérios que contemplam as especificações determinadas.

Uma dedução que supostamente iria esclarecer a baixa procura das organizações da Bolsa em participar do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE, referente ao índice brasileiro, se daria pelo fato de cumprir apenas o papel de abreviar a informação sobre as organizações da BM&FBovespa que estão mais avançadas em práticas ordenadas à sustentabilidade. Porém, agindo para que haja incentivo à sustentabilidade ou apenas como um abreviador da informação para o mercado, o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE está representando uma iniciativa voluntária, recomendada pela iniciativa privada, neste caso, a Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA).

A designação dos critérios possui a intenção de estabelecer as condições mais variadas e reais possíveis da organização quanto às questões sustentáveis. O nível de envolvimento da organização recebe avaliação na questão política, porém, as respostas obtidas necessitam de conhecimento que poderia ser obtido através da utilização de ferramentas de gestão (MARCONDES; BACARJI, 2010).

Todas as organizações que estão concorrendo por uma posição no Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE necessitam apresentar documentos oficiais que demonstrem a comprovação das informações fornecidas para suas posteriores análises, depois de terem encaminhado suas respostas para a BM&FBOVESPA e para o GVces (BM&FBOVESPA).

Através do suporte por ferramentas estatísticas, é feita a seleção das organizações para integrar a carteira final do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE (que terá um número máximo de 40 empresas), e após efetua-se a liberação pelo Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial - CISE. A presidência do CISE é composta pela Bolsa Brasileira, intuito pelo qual a BM&FBovespa não candidata-se a integrar a carteira do índice, pelo fato de julgar a importância para o mercado de valores brasileiro continuar na presidência do CISE (BM&FBovespa, 2012).

Poderá haver a exclusão da carteira do índice a organização que:

- não cumprir qualquer um dos critérios de inclusão;
- decretar, durante o período vigente da carteira, em regime de recuperação judicial ou falência;

- resultar, no caso de oferta pública, em retirada de circulação de parcela significativa de ações do mercado;
- deixar, durante a vigência da carteira, de cumprir algum critério que altere significativamente seus níveis de sustentabilidade e responsabilidade social;
- suspender negociação da respectiva ação por mais de 50 dias.

Segundo BM&FBovespa, o CISE possui na sua composição variados aspectos relacionados à sustentabilidade:

- Dimensão Geral: compromissos com o desenvolvimento sustentável, alinhamento às boas práticas de sustentabilidade, transparência das informações corporativas e práticas de combate à corrupção.
- Dimensão Natureza do Produto: impactos pessoais e difusos dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas, adoção do princípio da precaução e disponibilização de informações ao consumidor.
- Dimensão Governança Corporativa: relacionamento entre sócios, estrutura e gestão do Conselho de Administração, processos de auditoria e fiscalização, práticas relacionadas à conduta e conflito de interesses.
- Dimensões Econômico-Financeira, Ambiental e Social: políticas corporativas, gestão, desempenho e cumprimento legal.
- Dimensão Mudanças Climáticas: política corporativa, gestão, desempenho e nível de abertura das informações sobre o tema (BM&FBOVESPA, 2010).

Na atualidade, o CISE é integrado por onze instituições: BM&FBOVESPA (presidência), ABRAPP, ANBIMA, APIMEC, ETHOS, IBGC, IBRACON, GIFE, IFC, Ministério do Meio Ambiente e PNUMA (BM&FBOVESPA, 2012).

A BM&FBovespa possui como objetivo desenvolver o mercado. E partindo do entendimento de responsabilidade como agente indutor da sustentabilidade, atua como associada, integrante, membro e/ou signatária de instituições nacionais e internacionais de caráter econômico, ambiental e social.

A Abrapp – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar é uma entidade sem fins lucrativos, representa os interesses comuns das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Possui o objetivo de promover o desenvolvimento da previdência complementar com excelência técnica, redistribuindo seu elevado alcance social.

A Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, possui a finalidade de proporcionar o fortalecimento da representação do setor, garantir apoio na evolução de um mercado de capitais capaz de financiar o desenvolvimento econômico e social local e influenciar o mercado global.

A Apimec - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais, foi criada em junho de 1988, com a finalidade de congregiar todas as Apimecs Regionais - Distrito Federal, Minas Gerais, Nordeste, Rio de Janeiro, São Paulo e Sul.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip, e possui a missão de gerar mobilização, sensibilização e auxiliar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável.

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, é uma organização sem fins lucrativos, considerado como principal referência do Brasil para o desenvolvimento de excelentes práticas de Governança Corporativa. Promove palestras, fóruns, conferências, treinamentos e networking entre profissionais, além de produzir publicações e pesquisas.

O Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, foi constituído em 13 de dezembro de 1971, surgiu da união de dois institutos que congregavam contadores que trabalhavam com auditoria independente: o Instituto dos Contadores Públicos do Brasil - ICPB e o Instituto Brasileiro de Auditores Independentes - IBAI, que se uniram para a obtenção de uma melhor estrutura e representatividade em benefício da profissão.

O GIFE - Associação dos Investidores Sociais do Brasil, sejam eles institutos, fundações ou empresas. Possui o objetivo de proporcionar Contribuição na promoção do desenvolvimento sustentável no país, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica de institutos e fundações e de outras entidades privadas que realizam investimento social voluntário e sistemático, voltado para interesse público.

O IFC – Instituto Federal Catarinense, possui proposta de a partir de uma gestão democrática, aproximar o diálogo com a realidade local e regional na busca de soluções, em especial aquelas relacionadas com a educação profissional, reafirmando o compromisso da oferta de educação pública e gratuita de qualidade em todos os níveis e modalidades para os catarinenses.

O Ministério do Meio Ambiente – MMA, possui políticas públicas que incluem programas voltados para a recuperação, conservação e sustentabilidade em variadas áreas ambientais nos moldes da nova Lei Florestal.

O Pnuma - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, possui a finalidade de buscar o equilíbrio entre interesses nacionais e o bem global, objetivando unir as Nações para que enfrentem os problemas ambientais comuns.

O Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE permite fazer uma análise comparativa no desempenho de organizações listadas na bolsa de valores BM&FBovespa, com base nos resultados econômicos, ambientais, sociais e corporativos. Assim possibilitando uma ampla visão no entendimento sobre organizações envolvidas com a sustentabilidade e que possuam baixos indicadores de qualidade, comprometimento com o desenvolvimento sustentável e transparência na prestação de contas (ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL - ISE, 2017).

Para Favaro e Rover (2014), o Índice de Sustentabilidade Empresarial promove impactos satisfatórios para a organização no segmento da responsabilidade socioambiental da mesma, considerando que o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE busca melhor visibilidade onde se encontra no ponto de vista da sociedade.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Este trabalho possui procedimentos de pesquisa bibliográfica e levantamento de informações através de documentos. Seus objetivos são inteiramente descritivos. E tem a abordagem do problema como qualitativa.

Gestores de diversas empresas, afirmam que é praticamente impossível impulsionar o processo industrial sem afetar o meio ambiente. Este estudo de caso irá mostrar que com planejamento e adequações é possível progredir e ser sustentável.

O resultado desejado, será propor uma visão sobre apontar e comparar informações pertinentes à destinação de investimentos em programas sociais divulgadas pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE através da BM&FBovespa.

Segundo Collis e Hussey (2005), a pesquisa considera-se como exploratória, quando há pouco ou nenhum estudo sobre o assunto, e o procedimento de investigação visa buscar conhecimento sobre o mesmo assunto.

Será realizada uma pesquisa bibliográfica, onde, através de levantamentos dos assuntos relacionados ao tema a ser pesquisado, busca-se a evidenciação de diversos aspectos que devem ser considerados na tomada de decisões para garantir a continuidade operacional das organizações sem que afete o desenvolvimento do meio ambiente.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados dispersos pelo espaço (Gil, 1999).

Já em relação aos objetivos, são identificados como pesquisa descritiva. Para Cervo, Bervian e Silva (2007), pesquisa descritiva é aquela que efetua análises, observa, registra e correlaciona diversos aspectos que interligam fatos ou fenômenos, sem sofrer manipulação. Os fenômenos humanos ou naturais são investigados sem a interferência do pesquisador, que apenas busca descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características.

Na sequência, é feita a caracterização do objetivo da pesquisa e o critério utilizado para selecionar as organizações que formam o objeto de pesquisa. Por fim, serão apresentados os aspectos considerados para o tratamento e análise dos dados coletados.

Com relação ao estudo de caso, segundo Carmo-Neto (1996) utiliza casos concretos ao invés de casos hipotéticos, com a finalidade de permitir que, através da maior convivência com a sintomatologia dos problemas e dificuldades inerentes ao caso, o estudante aprenda a diagnosticar e prognosticar a situação e, sob orientação, indicar a terapia e os medicamentos que lhe parecem mais adequados.

Quanto à forma de abordagem do problema, trata-se de abordagem qualitativa. Tratando-se da abordagem do problema, caracteriza-se como qualitativa pois salienta os pontos de vista dos sujeitos de pesquisa, no momento em que se busca extrair a percepção dos gestores sobre o tema, com o propósito de confrontar e validar os resultados (Flick, 2009).

Segundo Gil (2009, p.76), a análise documental permite a obtenção de informações que proporcionam auxílio na coleta de dados diante observação, entrevista ou estudo de caso.

Diante das colocações dos autores, entende-se que as metodologias escolhidas são as mais adequadas para o tipo de estudo proposto.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Nessa seção, os procedimentos adotados se deram em torno de análise dos dados levantados utilizando o embasamento teórico, atrelado ao objetivo e a questão de pesquisa.

Foi realizado um estudo sobre destinações de investimentos para programas sociais realizadas por organizações instaladas no estado RS, contidas em relatórios de administração e de sustentabilidade. Critério de seleção das organizações se deu unicamente, para respondentes dos questionários emitidos pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE e conseqüentemente, possuindo vínculo na BM&FBovespa.

As pesquisas abrangeram o período que compreende os anos de 2008 à 2017. O estudo de caso inicia-se em 2008 pelo fato da adesão do Brasil aos padrões

de normas internacionais de contabilidade através da Lei nº 11.638 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL, LEI Nº 11.638, 2007).

Com o término da pesquisa, foi possível efetuar o levantamento e mensuração de dados, a fim de poder comparar os procedimentos de sustentabilidade adotados pelas organizações neste período, compreendidos em relatórios de administração e para permitir responder a problemática do estudo.

O relatório de administração possui linguagem menos técnica e representa um necessário complemento às demonstrações contábeis publicadas por uma organização, permitindo o fornecimento de dados e informações adicionais que sejam úteis aos usuários em seu julgamento e processo de tomada de decisões (Fipecafi, 2000).

O relatório de administração representa, portanto, um necessário e importante complemento aos demonstrativos fiscais publicados pelos municípios, pois fornece, de forma descritiva, informações adicionais, que podem ser úteis aos usuários em seu julgamento e, por ser menos técnico, pode atender a uma maior quantidade de usuários.

Após coletadas as informações, foi possível efetuar a comparação das técnicas contidas nos relatórios de administração utilizadas por cada organização, bem como observar em que tipos de ações sustentáveis as empresas realizaram investimentos durante o período de 2008 à 2017.

4 LEVANTAMENTO DE DADOS DO ESTUDO DE CASO

4.1 ANÁLISES DE INVESTIMENTOS POR EMPRESA

4.1.1 AES Tietê Energia S/A

A empresa AES Tietê Energia S/A, tem como sua principal atividade a geração e comercialização de energia elétrica. Além de atender sua demanda no mercado, também promove investimentos em diversos setores.

Em 2008, como primeiro ano do presente estudo de caso, a receita líquida apresentada foi de R\$ 1,6 bilhão de reais e foram investidos o total de R\$ 1,3 milhão de reais.

Os investimentos reservam-se para os projetos específicos: o departamento de qualidade e confiabilidade dos serviços de energia elétrica recebeu o valor de R\$ 348 mil reais; para a elaboração do planejamento e operação de sistemas de energia elétrica foi destinado o valor de R\$ 285 mil reais; na supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica com o total de R\$ 207 mil reais; e para encerrar os investimentos realizados no ano, foram aplicados em novos materiais e componentes a quantia de R\$ 485 mil reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,0812% sob a receita líquida do exercício.

No segundo ano de apresentação de resultados, em 2009 foi apresentada receita líquida no valor de R\$ 1,7 bilhão de reais e foram investidos o total de R\$ 1,4 milhão de reais, ambos valores maiores dos que foram informados no ano anterior.

Os investimentos designam-se para os projetos específicos: para tentar garantir a integridade do meio ambiente foi destinado o valor de R\$ 102 mil reais; o departamento de qualidade e confiabilidade dos serviços de energia elétrica recebeu o valor de R\$ 227 mil reais; na elaboração do planejamento e operação de sistemas de energia elétrica o valor de R\$ 368 mil reais; na supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica com o total de R\$ 211 mil reais; e para encerrar os investimentos realizados no ano, foram aplicados em novos materiais e componentes a quantia de R\$ 457 mil reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,0823% sob a receita líquida do exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram apresentadas as demonstrações contábeis, cuja a sua receita líquida foi de R\$ 1,75 bilhão de reais, e foram investidos o total de R\$ 9,9 milhões de reais.

Os investimentos aplicam-se aos projetos específicos: fontes renováveis ou alternativas de geração de energia elétrica, com o valor de R\$ 782 mil reais; o meio ambiente por sua vez recebeu o valor de R\$ 737 mil reais; o departamento de qualidade e confiabilidade dos serviços de energia elétrica obteve o valor de R\$ 518 mil reais; na elaboração do planejamento e operação de sistemas de energia elétrica o valor de R\$ 5,322 milhões de reais; na supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica com o total de R\$ 1,616 milhão de reais; e para encerrar os investimentos realizados no ano, nas áreas de medição, novos materiais e componentes a quantia de R\$ 934 mil reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,5657% sob a receita líquida do exercício.

No ano de 2011, foi apresentado a receita líquida no valor de R\$ 1,89 bilhão de reais, e foram investidos o total de aproximadamente R\$ 19,6 milhões de reais.

Os investimentos foram disponibilizados para os projetos específicos: fontes renováveis ou alternativas de geração de energia elétrica, com o valor de R\$ 3,529 milhões de reais; o setor do meio ambiente recebeu o valor de R\$ 684 mil reais; no departamento de qualidade e confiabilidade dos serviços de energia elétrica resultou no valor de R\$ 2,250 milhões de reais; na elaboração do planejamento e operação de sistemas de energia elétrica o valor relativamente significativo de R\$ 7,565 milhões de reais; na supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica com o total de R\$ 3,795 milhões de reais; e para encerrar os investimentos realizados no ano, nas áreas de medição, transmissão de dados via rede elétrica, novos materiais e componentes a quantia de R\$ 1,658 milhão de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 1,0317% sob a receita líquida do exercício.

No exercício de 2012, a receita líquida teve o valor de R\$ 2,1 bilhões de reais, e foram investidos o total de aproximadamente R\$ 17,6 milhões de reais.

Os investimentos foram direcionados aos projetos específicos: fontes renováveis ou alternativas de geração de energia elétrica, com o valor de R\$ 3,832 milhões de reais; o setor do meio ambiente garantiu o valor de R\$ 1,663 milhão de reais; no setor de qualidade e confiabilidade dos serviços de energia elétrica resultou no valor considerável de R\$ 3,002 milhões de reais; na elaboração do planejamento

e operação de sistemas de energia elétrica o valor significativo de R\$ 5,933 milhões de reais; na supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica com o total de R\$ 2,353 milhões de reais; e para encerrar os investimentos do período, nas áreas de medição, transmissão de dados via rede elétrica, novos materiais e componentes a quantia de R\$ 784 mil reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,8380% sob a receita líquida do exercício.

Em 2013, o valor correspondente a receita líquida foi de R\$ 2,3 bilhões de reais, e foram investidos o total de aproximadamente R\$ 10,24 milhões de reais.

Os investimentos reservam-se para os projetos específicos: fontes renováveis ou alternativas de geração de energia elétrica, com o valor de R\$ 1,862 milhão de reais; o setor do meio ambiente garantiu o valor de R\$ 1,987 milhão de reais; no setor de qualidade e confiabilidade dos serviços de energia elétrica resultou no valor considerável de R\$ 2,194 milhões de reais; na elaboração do planejamento e operação de sistemas de energia elétrica o valor de R\$ 1,813 milhão de reais; e para encerrar os investimentos do período, na supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica com o total de R\$ 2,386 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,4452% sob a receita líquida do exercício.

No ano de 2014, foi apresentado como receita líquida o valor de R\$ 16,7 bilhões de reais, e foram investidos o total de aproximadamente R\$ 9,3 milhões de reais.

Os investimentos designaram-se para os projetos específicos: fontes alternativas de geração de energia elétrica, com o valor de R\$ 1,797 milhão de reais; por ser um tema consideravelmente relevante, o meio ambiente garantiu o valor de R\$ 2,321 milhões de reais; na elaboração do planejamento de sistemas de energia elétrica o valor de R\$ 1,597 milhão de reais; na operação de sistemas de energia elétrica investiu-se o valor altamente significativo de R\$ 6,428 milhões de reais; na supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica com o total de R\$ 1,058 milhão de reais; no setor de qualidade e confiabilidade dos serviços de energia elétrica resultou no valor considerável de R\$ 2,013 milhões de reais; e para finalizar os investimentos ocorridos neste ano a gestão de pesquisa e desenvolvimento com o total de R\$ 508 mil reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,0556% sob a receita líquida do exercício.

Em 2015 houve o fechamento dos seguintes resultados, a receita líquida com o valor de R\$ 2,63 bilhões de reais, e foram investidos o total de aproximadamente R\$ 10,1 milhões de reais.

Os investimentos designaram-se para os projetos específicos: fontes alternativas de geração de energia elétrica, com o valor expressivo de R\$ 3,032 milhões de reais; por ser um tema que gera preocupação no geral, o meio ambiente garantiu o valor de R\$ 3,133 milhões de reais; na elaboração do planejamento de sistemas de energia elétrica o valor de R\$ 1,194 milhão de reais; na continuação das destinações ao setor da tecnologia, a supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica com o somatório de R\$ 11 mil reais; no setor de qualidade e confiabilidade dos serviços de energia elétrica e outros resultou no valor considerável de R\$ 2,83 milhões de reais; e para finalizar os investimentos ocorridos neste ano a gestão de pesquisa e desenvolvimento com o total de R\$ 626 mil reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,3840% sob a receita líquida do exercício.

Em 2016, houve a apresentação da receita líquida no valor de R\$ 1,56 bilhão de reais e foram investidos o total de aproximadamente R\$ 6,7 milhões de reais.

Os investimentos foram disponibilizados para projetos específicos: fontes alternativas de geração de energia elétrica, com o valor de R\$ 189 mil reais; por ser um tema de extrema relevância, o meio ambiente garantiu o valor de R\$ 1,442 milhão de reais; na área segurança houve a aplicação de R\$ 989 mil reais; na aplicação do planejamento de sistemas de energia elétrica no valor de R\$ 316 mil reais; na continuação das destinações ao setor da tecnologia da informação, a operação de sistemas de energia elétrica atingiu o somatório de R\$ 392 mil reais; no setor de supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica o valor de R\$ 409 mil reais; no departamento de qualidade e confiabilidade dos serviços de energia elétrica e outros resultou no valor significativo de R\$ 4,48 milhões de reais; e para finalizar os investimentos ocorridos neste ano a gestão de pesquisa e desenvolvimento com o total de R\$ 465 mil reais. O valor total dos investimentos representa 0,4294% da receita líquida do exercício.

Em 2017 como ano de encerramento do estudo de caso, foi apresentado a receita líquida no valor de R\$ 1,7 bilhão de reais e foram investidos o total de aproximadamente R\$ 7,8 milhões de reais.

Os investimentos foram concedidos para os projetos específicos: fontes alternativas de geração de energia elétrica, com um significativo valor de R\$ 2,455 milhões de reais; atenção focada ao meio ambiente garantiu o valor de R\$ 1,466 milhão de reais; na área segurança houve a aplicação de R\$ 508 mil reais; na aplicação dos processos de eficiência energética foi injetada a quantia de R\$ 56 mil reais; na área da tecnologia da informação focando no planejamento de sistemas de energia elétrica destinou-se R\$ 33 mil reais; no setor de supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica o valor de R\$ 2,458 milhões de reais; no departamento de qualidade e confiabilidade dos serviços de energia elétrica e outros resultou no valor de R\$ 1,285 milhão de reais; e para finalizar os investimentos ocorridos neste ano a gestão de pesquisa e desenvolvimento com o total de R\$ 409 mil reais. O valor total dos investimentos representa 0,4588% da receita líquida do exercício.

Conforme Apêndice A, após a divulgação dos valores pertencentes à receita líquida, investimentos realizados e percentuais representativos de comprometimento no período compreendido entre 2008 e 2017, conforme observado, constatou-se que nos anos de 2008 a 2011 o comprometimento da receita líquida com relação aos Investimentos se manteve em crescimento. Já no ano de 2012 a 2014, houve uma queda gradativa nos valores destinados aos investimentos. Em contrapartida, no ano seguinte, os valores pertencentes aos investimentos sofreram elevação e se mantiveram em crescimento até o período final, ano de 2017.

4.1.2 Banco do Brasil S/A

A empresa Banco do Brasil S/A, tem como sua principal atividade bancos múltiplos.

Em 2008, como primeiro ano do presente estudo de caso, a receita líquida apresentada foi de R\$ 9,5 bilhões de reais e foram investidos o total de R\$ 136,9 milhões de reais.

Os investimentos foram fornecidos para os projetos específicos: o incentivo à cultura no valor de R\$ 35,1 milhões de reais; o apoio ao esporte garantiu o quantia de R\$ 47,6 milhões de reais; e para encerrar os investimentos realizados no ano, foram investidos em programas de educação e geração de trabalho e renda o valor

de R\$ 54,2 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 1,4410% sob a receita líquida do exercício.

No próximo ano de apresentação de resultados, em 2009 foi apresentada a receita líquida no valor de R\$ 11,6 bilhões de reais e foram investidos o total de R\$ 167,2 milhões de reais.

Os investimentos foram alocados para os projetos específicos: na cultura o valor de R\$ 40,7 milhões de reais; o esporte recebeu o valor de R\$ 63,5 milhões de reais; e para encerrar os investimentos realizados no período, foram investidos em programas de educação e geração de trabalho e renda o valor de R\$ 63 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 1,4413% sob a receita líquida do exercício.

No exercício de 2010, foram apresentadas as demonstrações contábeis, cuja a sua receita líquida foi de R\$ 13,6 bilhões de reais e foi investido o total de R\$ 130 milhões de reais.

Os investimentos tiveram destinações para os projetos específicos: em programas e ações estruturadas de educação, geração de trabalho, renda e reaplicação de tecnologias o valor de R\$ 118,6 milhões de reais; e em campanhas de comunicação com o total de R\$ 11,6 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,9558% sob a receita líquida do exercício.

Em 2011, foi apresentado a receita líquida no valor de R\$ 15,2 bilhões de reais e foi investido o valor de R\$ 85 milhões de reais.

Os investimentos foram designados para os projetos específicos: na reaplicação de tecnologias sociais nas áreas de geração de trabalho, renda e educação com o somatório de R\$ 25,9 milhões de reais; destinações a projetos culturais receberam R\$ 50,60 milhões de reais; e para dar fim aos movimentos financeiros levantados no período, entidades sociais receberam R\$ 8,5 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,5592% sob a receita líquida do exercício.

No exercício de 2012, a receita líquida teve o valor de R\$ 16,3 bilhões de reais e foi destinado para ser investido a quantia de R\$ 103,5 milhões de reais.

Os investimentos reservaram-se para projetos específicos de educação empresarial com o valor altamente relevante de R\$ 103,5 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,6349% sob a receita líquida do exercício.

Em 2013, o valor correspondente a receita líquida foi de R\$ 18,1 bilhões de reais, e foi investido R\$ 91,7 milhões de reais.

Os investimentos foram designados para os projetos específicos de educação corporativa com o valor integral no período de R\$ 91,7 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,5066% sob a receita líquida do exercício.

No ano de 2014, foi apresentado como receita líquida o valor de R\$ 19,8 bilhões de reais e foi investido R\$ 137,8 milhões de reais.

Os investimentos foram aplicados nos projetos específicos de educação corporativa, atingindo o valor de R\$ 137,8 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,6959% sob a receita líquida do exercício.

Em 2015 houve o fechamento dos seguintes resultados, a receita líquida com o valor de R\$ 18,5 bilhões de reais e os investimentos no total de R\$ 133,7 milhões de reais.

Os investimentos deram-se aos projetos específicos de educação corporativa, com destinação de R\$ 133,7 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,7227% sob a receita líquida do exercício.

O ano 2016 apresentou a receita líquida no valor de R\$ 20,8 bilhões de reais e foi investido R\$ 97,5 milhões de reais.

Os investimentos disponibilizaram-se para os projetos focados na educação corporativa, totalizando R\$ 97,5 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa 0,4687% da receita líquida do exercício.

Em 2017 como ano de encerramento do estudo de caso, foi apresentado a receita líquida no valor de R\$ 22,1 bilhões de reais e foram investidos R\$ 70,9 milhões de reais.

Os investimentos aplicaram-se para projetos engajados com a educação corporativa, com total de R\$ 70,9 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa 0,3208% da receita líquida do exercício.

Conforme Apêndice B, após a divulgação dos valores pertencentes à receita líquida, investimentos realizados e percentuais representativos de comprometimento no período compreendido entre 2008 e 2017, constatou-se que nos anos de 2008 e 2009 o comprometimento da receita líquida com relação aos investimentos se manteve em crescimento. Porém, de 2010 a 2017 iniciou uma sequência de variação em todos os anos, para mais e para menos nas destinações. Cujo o último ano da

pesquisa encerra com o menor percentual apresentado em relação aos anos anteriores de investimentos destinados.

4.1.3 Banco Bradesco S/A

A empresa Banco Bradesco S/A, tem como sua principal atividade setor financeiro e outros / intermediários financeiros / bancos.

Em 2008, como primeiro ano do presente estudo de caso, a receita líquida apresentada foi de R\$ 6,7 bilhões de reais e foi investido o total de R\$ 350,355 milhões de reais.

Os investimentos foram alocados aos projetos específicos: o incentivo à educação no valor de R\$ 220,791 milhões de reais; e apoio ao investimento socioambiental com o valor R\$ 129,564 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 5,2291% sob a receita líquida do exercício.

No próximo ano de apresentação de resultados, em 2009 foi apresentada a receita líquida no valor de R\$ 7,8 bilhões de reais e foi investido o total de R\$ 350,236 milhões de reais.

Os investimentos foram destinados para os projetos específicos: na educação o valor de R\$ 237,760 milhões de reais; e os investimentos socioambientais receberam R\$ 112,476 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 4,4902% sob a receita líquida do exercício.

No exercício de 2010, foram apresentadas as demonstrações contábeis, cuja a sua receita líquida foi de R\$ 9,4 bilhões de reais e foi investido o total de R\$ 464,126 milhões de reais.

Os investimentos foram disponibilizados para os projetos específicos: em programas focados no aprendizado e educação somando R\$ 262,339 milhões de reais; e os investimentos socioambientais garantiram R\$ 201,787 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 4,9375% sob a receita líquida do exercício.

Em 2011, foi apresentado a receita líquida no valor de R\$ 10,8 bilhões de reais e foi investido o valor de R\$ 566,539 milhões de reais.

Os investimentos do ano foram aplicados na educação com respectivo valor de R\$ 291,892 milhões de reais; e nos investimentos sociais com a parcela de R\$

274,647 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 5,2457% sob a receita líquida do exercício.

No exercício de 2012, a receita líquida teve o valor de R\$ 12,7 bilhões de reais e foi destinado para ser investido a quantia de R\$ 673,472 milhões de reais.

Os investimentos foram fornecidos para a área da educação com a quantia de R\$ 374,216 milhões de reais; e destinações aos projetos socioambientais com R\$ 299,256 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 5,3029% sob a receita líquida do exercício.

Em 2013, o valor correspondente a receita líquida foi de R\$ 14,5 bilhões de reais e foi investido R\$ 758,138 milhões de reais.

Os investimentos foram designados para projetos educacionais com o relevante valor de R\$ 456,966 milhões de reais; e na área socioambiental com R\$ 301,172 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 5,2285% sob a receita líquida do exercício.

No ano de 2014, foi apresentado como receita líquida o valor de R\$ 16,7 bilhões de reais e foi investido R\$ 915,176 milhões de reais.

Os investimentos tiveram como destinação os projetos engajados com a educação no valor de R\$ 520,277 milhões de reais; e destinações socioambientais com R\$ 394,899 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 5,4800% sob a receita líquida do exercício.

Em 2015 houve o fechamento dos seguintes resultados, a receita líquida com o valor de R\$ 17,8 bilhões de reais e os investimentos no total de R\$ 901,174 milhões de reais.

Os investimentos foram fornecidos para a educação com R\$ 502,721 milhões de reais; e na questão socioambiental captando o valor R\$ 398,453 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 5,0627% sob a receita líquida do exercício.

O ano 2016 apresentou a receita líquida no valor de R\$ 20,3 bilhões de reais e foi investido R\$ 927,987 milhões de reais.

Os valores foram investidos na educação com o valor de R\$ 595,553 milhões de reais; e no setor socioambiental com o somatório de R\$ 332,434 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa 4,5713% da receita líquida do exercício.

Em 2017 como ano de encerramento do estudo de caso, foi apresentado a receita líquida no valor de R\$ 22,7 bilhões de reais e foram investidos R\$ 270,775 milhões de reais.

Os investimentos do período foram destinados em desenvolvimento de startups contabilizados em R\$ 100 milhões de reais; e na capacitação e desenvolvimentos de pessoas com o valor de R\$ 170,775 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa 1,1928% da Receita Líquida do exercício.

Conforme Apêndice C, após a divulgação dos valores pertencentes à receita líquida, investimentos realizados e percentuais representativos de comprometimento no período compreendido entre 2008 e 2017, constatou-se que após o informativo correspondente ao comprometimento da receita líquida com relação aos investimentos do ano 2008, houve redução em 2009. Porém no ano seguinte iniciou uma fase de crescimento do comprometimento que perdurou até 2012. A partir do ano 2013, iniciou uma sequência de variações de aumentos e reduções que perduraram até 2016. Já no último ano houve uma queda considerável nos valores destinados aos investimentos.

4.1.4 Braskem S/A

A empresa Braskem S/A, tem como sua principal atividade a produção de produtos químicos e petroquímicos básicos, resinas termoplásticas, utilidades e energia elétrica, prestação de serviços industriais e participação em outras sociedades.

Em 2008, como primeiro ano do presente estudo de caso, a receita líquida apresentada foi de R\$ 12,8 bilhões de reais e foram investidos o total de R\$ 7,986 milhões de reais.

Os investimentos foram reservados para os projetos operacionais no montante de R\$ 3,816 milhões de reais; estratégicos com o valor de R\$ 870 mil reais; e para finalizar a movimentação do ano, foram destinados a projetos socioambientais e culturais a quantia de R\$ 3,3 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,0623% sob a receita líquida do exercício.

No próximo ano de apresentação de resultados, em 2009 foi apresentada a receita líquida no valor de R\$ 13, 9 bilhões de reais e foram investidos o total de R\$ 8,394 milhões de reais.

Os investimentos foram alocados para projetos focados no desenvolvimento das operações com o valor de R\$ 752 mil reais; na parte estratégica dos negócios com R\$ 142 mil reais; incentivos nas áreas socioambientais e culturais no valor de R\$ 7,5 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,0603% sob a receita líquida do exercício.

No exercício de 2010, foram apresentadas as demonstrações contábeis, cuja a sua receita líquida foi de R\$ 25,5 bilhões de reais e foi investido o total de R\$ 7,5 milhões de reais.

Os investimentos foram reservados para projetos preocupados com os desenvolvimentos socioambientais e culturais no valor de R\$ 7,5 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,0294% sob a receita líquida do exercício.

Em 2011, foi apresentado a receita líquida no valor de R\$ 32,5 bilhões de reais e foi investido o valor de R\$ 18,190 milhões de reais.

Os investimentos designaram-se para projetos nas áreas operacionais com o valor R\$ 1,91 milhão de reais; nos departamentos estratégicos com o valor R\$ 280 mil reais; e com a finalidade de contribuir com projetos socioambientais e culturais receberam o valor significativo de R\$ 16 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,5590% sob a receita líquida do exercício.

No exercício de 2012, a receita líquida teve o valor de R\$ 35,5 bilhões de reais e foi destinado para ser investido a quantia de R\$ 14,212 milhões de reais.

Os investimentos foram aplicados em projetos de planejamento de métodos operacionais com valor de R\$ 1,505 milhão de reais; a parte estratégica do processo recebeu R\$ 207 mil reais; a atenção direcionada para projetos socioambientais e culturais garantiu o montante de R\$ 12,5 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,0400% sob a receita líquida do exercício.

Em 2013, o valor correspondente a receita líquida foi de R\$ 41 bilhões de reais e foi investido R\$ 16,521 milhões de reais.

Os investimentos foram disponibilizados para projetos direcionados para áreas operacionais com valor de R\$ 2,452 milhões de reais; para departamentos estratégicos com R\$ 269 mil reais; os projetos socioambientais e culturais receberam R\$ 13,8 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,0402% sob a receita líquida do exercício.

No ano de 2014, foi apresentado como receita líquida o valor de R\$ 46 bilhões de reais e foi investido R\$ 23,118 milhões de reais.

Os investimentos foram concedidos para projetos operacionais com R\$ 1,613 milhão de reais; setores estratégicos com valor de R\$ 205 mil reais; projetos engajados nas áreas socioambientais e culturais receberam R\$ 21,3 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,0502% sob a receita líquida do exercício.

Em 2015 houve o fechamento dos seguintes resultados, a receita líquida com o valor de R\$ 47,3 bilhões de reais e os investimentos no total de R\$ 30,92 milhões de reais.

Os investimentos foram fornecidos para os projetos específicos: pesquisa e desenvolvimento de novas soluções de aplicação de plásticos com o valor de R\$ 1,5 milhão de reais; centro de tecnologia e inovação recebeu R\$ 720 mil reais; laboratório de desenvolvimento de tecnologias de processo (LDTP) com a quantia de R\$ 3 milhões de reais; preocupações com investimentos sociais garantiram o montante de R\$ 25,7 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,0653% sob a receita líquida do exercício.

O ano 2016 apresentou a receita líquida no valor de R\$ 47,7 bilhões de reais e foi investido R\$ 58,5 milhões de reais.

Os investimentos foram alocados para projetos socioambientais, culturais e esportivos com o somatório de R\$ 27,5 milhões de reais; o desenvolvimento de planejamentos estratégicos garantiu R\$ 31 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa 0,1226% da receita líquida do exercício.

Em 2017 como ano de encerramento do estudo de caso, foi apresentado a receita líquida no valor de R\$ 49,2 bilhões de reais e foram investidos R\$ 24,293 milhões de reais.

Os investimentos foram reservados para departamentos operacionais com valor de R\$ 23,470 milhões de reais; planejamento estratégico com R\$ 823 mil reais. O valor total dos investimentos representa 0,0493% da receita líquida do exercício.

Conforme Apêndice D, após a divulgação dos valores pertencentes à receita líquida, investimentos realizados e percentuais representativos de comprometimento no período compreendido entre 2008 e 2017, constatou-se que nos anos de 2008 a 2010 o comprometimento da receita líquida com relação aos investimentos se manteve decrescente. Porém, em 2011 houve aumento no percentual de

investimentos. No ano seguinte ocorreu queda significativa nos valores destinados aos investimentos. No ano de 2013 até 2016 ocorreu crescimento no comprometimento da receita líquida. E no último ano da pesquisa, 2017 apresentou no seu encerramento aumento de receita líquida e redução no valor dos investimentos, conseqüentemente impactando diretamente nos percentuais de investimentos destinados.

4.1.5 CPFL Energia S/A

A empresa CPFL Energia S/A, tem como sua principal atividade a gestão de participações societárias (holdings).

Em 2008, como primeiro ano do presente estudo de caso, a receita líquida apresentada foi de R\$ 1,5 bilhão de reais e foram investidos o total de R\$ 454,4 milhões de reais.

Os investimentos foram destinados para projetos sociais com valor de R\$ 263 milhões de reais; preocupações com segurança, saúde, meio ambiente, incentivo ao esporte, cultura e educação garantiram R\$ 172,2 milhões de reais; pesquisas e desenvolvimento e programas de eficiência energética garantiram o valor de R\$ 19,2 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 30,2933% sob a receita líquida do exercício.

No próximo ano de apresentação de resultados, em 2009 foi apresentada a receita líquida no valor de R\$ 11,4 bilhões de reais e foi investido o total de R\$ 474,3 milhões de reais.

Os investimentos foram reservados aos projetos sociais com o montante de R\$ 275 milhões de reais; atenção voltada para segurança, saúde, meio ambiente, incentivo ao esporte, cultura e educação garantiu o valor de R\$ 160,3 milhões de reais; pesquisas e desenvolvimento e programas de eficiência energética com R\$ 39 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 4,1605% sob a receita líquida do exercício.

No exercício de 2010, foram apresentadas as demonstrações contábeis, cuja a sua receita líquida foi de R\$ 12 bilhões de reais e foi investido o total de R\$ 525 milhões de reais.

Os investimentos foram designados para projetos sociais com o considerável valor de R\$ 307 milhões de reais; setores de segurança, saúde, meio ambiente,

incentivo ao esporte, cultura e educação receberam R\$ 183,8 milhões de reais; pesquisas e desenvolvimento e programas de eficiência energética no valor de R\$ 34,2 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 4,3750% sob a receita líquida do exercício.

Em 2011, foi apresentado a receita líquida no valor de R\$ 12,8 bilhões de reais e foi investido o valor de R\$ 278,3 milhões de reais.

Os investimentos foram aplicados em projetos sociais com o somatório de R\$ 140 milhões de reais; segurança, saúde, meio ambiente, incentivo ao esporte, cultura e educação garantiram R\$ 107 milhões de reais; pesquisas e desenvolvimento e programas de eficiências energética com R\$ 31,3 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 2,1742% sob a receita líquida do exercício.

No exercício de 2012, a receita líquida teve o valor de R\$ 14,9 bilhões de reais e foi destinado para ser investido a quantia de R\$ 484,7 milhões de reais.

Os investimentos foram disponibilizados para projetos sociais com o somatório de R\$ 359 milhões de reais; segurança, saúde, meio ambiente, incentivo ao esporte, cultura e educação garantiram R\$ 95,5 milhões de reais; pesquisas e desenvolvimento e programas de eficiências energética com R\$ 30,2 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 3,2530% sob a receita líquida do exercício.

Em 2013, o valor correspondente a receita líquida foi de R\$ 14,6 bilhões de reais e foi investido R\$ 490,1 milhões de reais.

Os investimentos destinaram-se para os projetos sociais com o somatório de R\$ 363 milhões de reais; segurança, saúde, meio ambiente, incentivo ao esporte, cultura e educação garantiram R\$ 97,7 milhões de reais; pesquisas e desenvolvimento e programas de eficiências energética com R\$ 29,4 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 3,3568% sob a receita líquida do exercício.

No ano de 2014, foi apresentado como receita líquida o valor de R\$ 17,3 bilhões de reais e foi investido R\$ 177,1 milhões de reais.

Os investimentos reservaram-se aos projetos sociais com o somatório de R\$ 57,5 milhões de reais; segurança, saúde, meio ambiente, incentivo ao esporte, cultura e educação garantiram R\$ 89,4 milhões de reais; pesquisas e desenvolvimento e programas de eficiências energética com R\$ 30,2 milhões de

reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 1,0236% sob a receita líquida do exercício.

Em 2015 houve o fechamento dos seguintes resultados, a receita líquida com o valor de R\$ 20,6 bilhões de reais e os investimentos no total de R\$ 127,2 milhões de reais.

Os investimentos designaram-se aos projetos sociais com o somatório de R\$ 3,4 milhões de reais; segurança, saúde, meio ambiente, incentivo ao esporte, cultura e educação garantiram R\$ 87,4 milhões de reais; pesquisas e desenvolvimento e programas de eficiências energética com R\$ 36,4 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,6174% sob a receita líquida do exercício.

O ano 2016 apresentou a receita líquida no valor de R\$ 19,1 bilhões de reais e foi investido R\$ 138,8 milhões de reais.

Os investimentos aplicaram-se em projetos sociais com o somatório de R\$ 97,7 milhões de reais; segurança, saúde, meio ambiente, incentivo ao esporte, cultura e educação garantiram R\$ 5,9 milhões de reais; pesquisas e desenvolvimento e programas de eficiências energética com R\$ 35,2 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa 0,7267% da receita líquida do exercício.

Em 2017 como ano de encerramento do estudo de caso, foi apresentado a receita líquida no valor de R\$ 26,7 bilhões de reais e foram investidos R\$ 68,4 milhões de reais.

Os investimentos dispuseram-se para projetos sociais com o somatório de R\$ 16 milhões de reais; segurança, saúde, meio ambiente, incentivo ao esporte, cultura e educação garantiram R\$ 7,9 milhões de reais; pesquisas e desenvolvimento e programas de eficiências energética com R\$ 44,5 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa 0,2561% da receita líquida do exercício.

Conforme Apêndice E, após a divulgação dos valores pertencentes à receita líquida, investimentos realizados e percentuais representativos de comprometimento no período compreendido entre 2008 e 2017, constatou-se que em 2008 o comprometimento da receita líquida com relação aos investimentos foi relativamente alto. Já do próximo ano ao final do período, os percentuais de comprometimento se mantiveram variáveis. Sendo o último ano com o menor valor investido.

4.1.6 Itaú Unibanco Holding S/A

A empresa Itaú Unibanco Holding S/A, tem como sua principal atividade a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas. Inclusive a de operações de câmbio.

Em 2008, como primeiro ano do presente estudo de caso, não foram localizadas informações pertinentes às demonstrações e contábeis e suas respectivas destinações efetuadas neste exercício.

No próximo ano de apresentação de resultados, em 2009 foi apresentada a receita líquida no valor de R\$ 7,6 bilhões de reais e foi investido o total de R\$ 71 milhões de reais.

Os investimentos disponibilizaram-se aos projetos engajados com a educação com o valor de R\$ 23 milhões de reais; a cultura recebeu R\$ 39 milhões de reais; e as destinações aos esportes foram de R\$ 9 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,9342% sob a receita líquida do exercício.

No exercício de 2010, foram apresentadas as demonstrações contábeis, cuja a sua receita líquida foi de R\$ 79,6 bilhões de reais e foi investido o total de R\$ 61,8 milhões de reais.

Os investimentos foram propostos para projetos educacionais com R\$ 6 milhões de reais; comprometimento com a saúde no valor de R\$ 6,5 milhões de reais; a cultura garantiu o incentivo de R\$ 24,7 milhões de reais; e esportes e outros setores receberam R\$ 24,6 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,0776% sob a receita líquida do exercício.

Em 2011, foi apresentado a receita líquida no valor de R\$ 101,4 bilhões de reais e foi investido o valor de R\$ 116,8 milhões de reais.

Os investimentos foram dedicados aos projetos educacionais com montante de R\$ 14,7 milhões de reais; área da saúde recebeu R\$ 10,9 milhões de reais; projetos culturais com R\$ 76,3 milhões de reais; e o apoio aos esportes garantiu R\$ 14,9 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,1151% sob a receita líquida do exercício.

No exercício de 2012, a receita líquida teve o valor de R\$ 96,4 bilhões de reais e foi destinado para ser investido a quantia de R\$ 128,1 milhões de reais.

Os investimentos foram concedidos para aos projetos educacionais com R\$ 20,1 milhões de reais; área da saúde com R\$ 6,9 milhões de reais; culturais com R\$ 84 milhões de reais; e os esportes garantiram R\$ 17,1 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,1328% sob a receita líquida do exercício.

Em 2013, o valor correspondente a receita líquida foi de R\$ 94,1 bilhões de reais e foi investido R\$ 152 milhões de reais.

Os investimentos foram fornecidos aos projetos educacionais no total de R\$ 17,2 milhões de reais; saúde recebeu R\$ 6,6 milhões de reais; culturais no valor de R\$ 84 milhões de reais; esportes e outros garantiram R\$ 44,2 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,1615% sob a receita líquida do exercício.

No ano de 2014, foi apresentado como receita líquida o valor de R\$ 120,1 bilhões de reais e foi investido R\$ 212 milhões de reais.

Os investimentos foram alocados em projetos educacionais com R\$ 22 milhões de reais; área da saúde no valor de R\$ 57,8 milhões de reais; culturais com R\$ 111,2 milhões de reais; e esportes com o somatório de R\$ 21 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,1765% sob a receita líquida do exercício.

Em 2015 houve o fechamento dos seguintes resultados, a receita líquida com o valor de R\$ 147,8 bilhões de reais e os investimentos no total de R\$ 206,2 milhões de reais.

Os investimentos foram reservados para projetos voltados à educação no valor de R\$ 23,3 milhões de reais; saúde com valor de R\$ 65,6 milhões de reais; a cultura totalizando em R\$ 98,5 milhões de reais; e os esportes com R\$ 18,8 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,1395% sob a receita líquida do exercício.

O ano 2016 apresentou a receita líquida no valor de R\$ 161,5 bilhões de reais e foi investido R\$ 154,6 milhões de reais.

Os investimentos tiveram como designação projetos educacionais com o valor de R\$ 83,6 milhões de reais; a saúde recebeu a quantia de R\$ 11,7 milhões de reais; culturais com o total de R\$ 14,5 milhões de reais; esportes e outros arrecadaram R\$ 6,5 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa 0,0957% da receita líquida do exercício.

Em 2017 como ano de encerramento do estudo de caso, foi apresentado a receita líquida no valor de R\$ 144,7 bilhões de reais e foram investidos R\$ 174,6 milhões de reais.

Os investimentos tiveram aplicações em projetos das áreas da educação com R\$ 44,4 milhões de reais; saúde com R\$ 16 milhões de reais; cultura no valor de R\$ 67 milhões de reais; esportes e outros com as destinações de R\$ 47,2 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa 0,1206% da receita líquida do exercício.

Conforme Apêndice F, após a divulgação dos valores pertencentes à receita líquida, investimentos realizados e percentuais representativos de comprometimento no período compreendido entre 2008 e 2017, constatou-se que em 2009 o comprometimento da receita líquida com relação aos Investimentos foi um valor considerável. Já do ano seguinte até 2017, os percentuais de destinações se mantiveram variáveis.

4.1.7 Duratex S/A

A empresa Duratex S/A, tem como sua principal atividade fabricação, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de meais e materiais cerâmicos.

Em 2008, como primeiro ano do presente estudo de caso, a receita líquida apresentada foi de R\$ 486,2 milhões de reais e foram investidos o total de R\$ 12,5 milhões de reais.

Os investimentos foram dispostos para os projetos vinculados ao meio ambiente com valor de R\$ 12,3 milhões de reais; e educacionais com o montante de R\$ 196 mil reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 2,5709% sob a receita líquida do exercício.

No próximo ano de apresentação de resultados, em 2009 foi apresentada a receita líquida no valor de R\$ 1,9 bilhão de reais e foi investido o total de R\$ 10,9 milhões de reais.

Os investimentos tiveram disponibilização em projetos engajados com o meio ambiente no valor de R\$ 10,6 milhões de reais; e educacionais com R\$ 345 mil reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,5736% sob a receita líquida do exercício.

No exercício de 2010, foram apresentadas as demonstrações contábeis, cuja a sua receita líquida foi de R\$ 2,7 bilhões de reais e foi investido o total de R\$ 42,3 milhões de reais.

Os investimentos foram concedidos para projetos preocupado com meio ambiente no valor de R\$ 17,6 milhões de reais; pesquisas e desenvolvimento com somatório de R\$ 23,3 milhões de reais; e educacionais com total de R\$ 1,4 milhão de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 1,5666% sob a receita líquida do exercício.

Em 2011, foi apresentado a receita líquida no valor de R\$ 2,9 bilhões de reais e foi investido o valor de R\$ 46,9 milhões de reais.

Os investimentos foram fornecidos para projetos engajados ao meio ambiente com R\$ 26,7 milhões de reais; pesquisas e desenvolvimento com o montante de R\$ 19,3 milhões de reais; e educacionais com somatório de R\$ 956 mil reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 1,6172% sob a receita líquida do exercício.

No exercício de 2012, a receita líquida teve o valor de R\$ 3,4 bilhões de reais e foi destinado para ser investido a quantia de R\$ 48,6 milhões de reais.

Os investimentos tiveram alocações em projetos envolvidos com o meio ambiente no valor de R\$ 27,7 milhões de reais; pesquisas e desenvolvimento no valor de R\$ 19,1 milhões de reais; e educacionais com R\$ 1,8 milhão de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 1,4294% sob a receita líquida do exercício.

Em 2013, o valor correspondente a receita líquida foi de R\$ 3,8 bilhões de reais e foi investido R\$ 601,5 milhões de reais.

Os investimentos foram reservados para projetos vinculado ao planejamento estratégico com o montante de R\$ 601,5 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 15,8289% sob a receita líquida do exercício.

No ano de 2014, foi apresentado como receita líquida o valor de R\$ 3,9 bilhões de reais e foi investido R\$ 41,6 milhões de reais.

Os investimentos tiveram como designação os projetos engajados no desenvolvimento de produtos, processos, novos negócios, organizacional e marketing com o valor de R\$ 41,6 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 1,0666% sob a receita líquida do exercício.

Em 2015 houve o fechamento dos seguintes resultados, a receita líquida com o valor de R\$ 3,9 bilhões de reais e os investimentos no total de R\$ 576,2 mil reais.

Os investimentos foram aplicados em projetos voltados ao meio ambiente com o valor de R\$ 160 mil reais; esporte e lazer com R\$ 300 mil reais; e educacionais com a quantia de R\$ 116,2 mil reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,0147% sob a receita líquida do exercício.

O ano 2016 apresentou a receita líquida no valor de R\$ 3,9 bilhões de reais e foi investido R\$ 2,7 milhões de reais.

Os investimentos foram disponibilizados para projetos sensibilizados com o meio ambiente com o somatório de R\$ 2,7 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa 0,0692% da receita líquida do exercício.

Em 2017 como ano de encerramento do estudo de caso, foi apresentado a receita líquida no valor de R\$ 3,9 bilhões de reais e foram investidos R\$ 1,942 milhão de reais.

Os investimentos foram concedidos para projetos apoiadores do meio ambiente com o valor de R\$ 845 mil reais; áreas de esporte e lazer no valor de R\$ 947 mil reais; e educacionais com o total de R\$ 150 mil reais. O valor total dos investimentos representa 0,0497% da receita líquida do exercício.

Conforme Apêndice G, após a divulgação dos valores pertencentes à receita líquida, investimentos realizados e percentuais representativos de comprometimento no período compreendido entre 2008 e 2017, constatou-se que em 2008 o comprometimento da receita líquida com relação aos Investimentos foi um valor razoável. Já em 2009, houve queda considerável no percentual de comprometimento da receita. Em 2010 iniciou uma sequência de variações de valores, que perdurou até o final do período. Em 2013 ocorreu o maior comprometimento, e em sua contrapartida, o ano de 2015 se destacou pelo menor percentual de todo o período.

4.1.8 TIM Participações S/A

A empresa TIM Participações S/A, tem como sua principal atividade as telecomunicações.

Em 2008, como primeiro ano do presente estudo de caso, a receita líquida apresentada foi de R\$ 183,9 milhões de reais e foram investidos o total de R\$ 49,7 milhões de reais.

Os investimentos destinaram-se para projetos de pesquisa e desenvolvimento no valor de R\$ 3,272 milhões de reais; e patrocínios culturais com R\$ 46,5 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 27,0255% sob a receita líquida do exercício.

No próximo ano de apresentação de resultados, em 2009 foi apresentada a receita líquida no valor de R\$ 13,1 bilhões de reais e foi investido o total de R\$ 2,15 milhões de reais.

Os investimentos foram resguardados para projetos de pesquisa e desenvolvimento e concessões com valor de R\$ 2,15 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,0164% sob a receita líquida do exercício.

No exercício de 2010, foram apresentadas as demonstrações contábeis, cuja a sua receita líquida foi de R\$ 14,4 bilhões de reais e não foram encontrados valores referentes aos investimentos.

Em 2011, foi apresentado a receita líquida no valor de R\$ 17,1 bilhões de reais e não foram encontrados valores referentes aos investimentos.

No exercício de 2012, a receita líquida teve o valor de R\$ 18,7 bilhões de reais e não foram encontrados valores referentes aos investimentos.

Em 2013, o valor correspondente a receita líquida foi de R\$ 19,9 bilhões de reais e foi investido R\$ 14,5 milhões de reais.

Os investimentos tiveram destinação em projetos vinculados aos setores educacionais com o valor de R\$ 14,5 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,0728% sob a receita líquida do exercício.

No ano de 2014, foi apresentado como receita líquida o valor de R\$ 19,5 bilhões de reais e foi investido R\$ 41,2 milhões de reais.

Os investimentos aplicaram-se para projetos de pesquisas e desenvolvimento com valor de R\$ 13,3 milhões de reais; em doações com R\$ 1,933 milhão de reais; educacionais com R\$ 4,7 milhões de reais; aplicações com R\$ 1,6 milhão de reais; trabalho com R\$ 2,2 milhões de reais; inclusões e outros com R\$ 5,1 milhões de reais; patrocínios esportivos com 1,1 milhão de reais; e patrocínios

culturais com R\$ 22,8 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,2112% sob a receita líquida do exercício.

Em 2015 houve o fechamento dos seguintes resultados, a receita líquida com o valor de R\$ 17,1 bilhões de reais e os investimentos no total de R\$ 33,5 milhões reais.

Os investimentos foram destinados para projetos com pesquisas e desenvolvimento e concessões no valor de R\$ 18,7 milhões de reais; doações com R\$ 686 mil reais; educacionais com R\$ 7,195 milhões de reais; aplicações com R\$ 1,306 milhão de reais; trabalho com R\$ 3,329 milhões de reais; inclusões e outros com R\$ 2,2 milhões de reais; patrocínios esportivos com R\$ 3,75 milhões de reais; patrocínios culturais com R\$ 15,218 milhões de reais. O valor total dos investimentos representa o percentual de 0,1959% sob a receita líquida do exercício.

O ano 2016 apresentou a receita líquida no valor de R\$ 15,6 bilhões de reais e foi investido R\$ 20 milhões de reais.

Os investimentos foram concedidos para projetos de pesquisas e desenvolvimento e concessões com total de R\$ 28,1 mil reais; doações de R\$ 487 mil reais; educacionais com 9,358 milhões de reais; aplicações R\$ 2,904 milhões de reais; trabalho com R\$ 2,156 milhões de reais; inclusões e outros com R\$ 4,281 milhões de reais; patrocínios esportivos com R\$ 80 mil reais; e patrocínios culturais com R\$ 698 mil reais. O valor total dos investimentos representa 0,1282% da receita líquida do exercício.

Em 2017 como ano de encerramento do estudo de caso, foi apresentado a receita líquida no valor de R\$ 16,2 bilhões de reais e foram investidos R\$ 5,4 milhões de reais.

Os investimentos foram fornecidos aos projetos de pesquisas e desenvolvimento e concessões com R\$ 28,7 mil reais; doações com R\$ 230 mil reais; educacionais com R\$ 1,713 milhão de reais; aplicações com R\$ 506 mil reais; trabalho com R\$ 849 mil reais; inclusões e outros com R\$ 907 mil reais; patrocínios esportivos com R\$ 809 mil reais; patrocínios culturais com R\$ 134 mil reais. O valor total dos investimentos representa 0,0333% da receita líquida do exercício.

Conforme Apêndice H, após a divulgação dos valores pertencentes à receita líquida, investimentos realizados e percentuais representativos de comprometimento no período compreendido entre 2008 e 2017, constatou-se que em 2008 o comprometimento da receita líquida com relação aos investimentos foi um valor

relevante. Já no ano seguinte, em 2009, houve queda acentuada no percentual de comprometimento da receita. Nos anos de 2010, 2011 e 2012 não foi possível mensurar os percentuais pelo fato de não terem sido encontradas as informações. Em 2013 iniciou uma sequência de variações nos percentuais de comprometimento, que perdurou até o último ano do período.

4.2 ANÁLISES DE INVESTIMENTOS EM SUSTENTABILIDADE POR EXERCÍCIO

Conforme a Tabela 2, pode-se identificar as empresas que mais investiram e as que menos investiram em ações sustentáveis em cada período.

Tabela 2 – Análises de Investimentos por Exercício

Período	Empresa	Maior Investimento - R\$	Empresa	Menor Investimento - R\$
2008	CPFL	454.400.000,00	AES Tietê	1.300.000,00
2009	CPFL	474.300.000,00	AES Tietê	1.400.000,00
2010	CPFL	525.000.000,00	Braskem	7.500.000,00
2011	Bradesco	566.539.000,00	Braskem	18.190.000,00
2012	Bradesco	673.472.000,00	Braskem	14.212.000,00
2013	Bradesco	758.138.000,00	AES Tietê	10.240.000,00
2014	Bradesco	915.176.000,00	AES Tietê	9.300.000,00
2015	Bradesco	901.174.000,00	Duratex	576.200,00
2016	Bradesco	927.987.000,00	Duratex	2.700.000,00
2017	Bradesco	270.775.000,00	Duratex	1.942.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 2008, a empresa que mais investiu foi a CPFL Energia com R\$ 454.400.000,00 milhões de reais, representando 30,2933% de comprometimento de sua receita bruta. Em contrapartida, a empresa que menos investiu foi a AES Tietê com R\$ 1.300.000,00 milhão de reais, representando 0,0812% de comprometimento de sua receita bruta.

No ano de 2009, a empresa que mais investiu foi a CPFL Energia com R\$ 474.300.000,00 milhões de reais, representando 4,1605% de comprometimento de sua receita bruta. Em contrapartida, a empresa que menos investiu foi a AES Tietê com R\$ 1.400.000,00 milhão de reais, representando 0,0823% de comprometimento de sua receita bruta.

Em 2010, a empresa que mais investiu foi a CPFL Energia com R\$ 525.000.000,00 milhões de reais, representando 4,3750% de comprometimento de sua receita bruta. Em contrapartida, a empresa que menos investiu foi a Braskem com R\$ 7.500.000,00 milhões de reais, representando 0,0294% de comprometimento de sua receita bruta.

No ano de 2011, a empresa que mais investiu foi o Banco Bradesco com R\$ 566.539.000,00 milhões de reais, representando 5,2457% de comprometimento de sua receita bruta. Em contrapartida, a empresa que menos investiu foi a Braskem com R\$ 18.190.000,00 milhões de reais, representando 0,5590% de comprometimento de sua receita bruta.

Em 2012, a empresa que mais investiu foi o Banco Bradesco com R\$ 673.472.000,00 milhões de reais, representando 5,3029% de comprometimento de sua receita bruta. Em contrapartida, a empresa que menos investiu foi a Braskem com R\$ 14.212.000,00 milhões de reais, representando 0,0400% de comprometimento de sua receita bruta.

No ano de 2013, a empresa que mais investiu foi o Banco Bradesco com R\$ 758.138.000,00 milhões de reais, representando 5,2285% de comprometimento de sua receita bruta. Em contrapartida, a empresa que menos investiu foi a AES Tietê com R\$ 10.240.000,00 milhões de reais, representando 0,4452% de comprometimento de sua receita bruta.

Em 2014, a empresa que mais investiu foi o Banco Bradesco com R\$ 915.176.000,00 milhões de reais, representando 5,4800% de comprometimento de sua receita bruta. Em contrapartida, a empresa que menos investiu foi a AES Tietê com R\$ 9.300.000,00 milhões de reais, representando 0,0556% de comprometimento de sua receita bruta.

No ano de 2015, a empresa que mais investiu foi o Banco Bradesco com R\$ 901.174.000,00 milhões de reais, representando 5,0627% de comprometimento de sua receita bruta. Em contrapartida, a empresa que menos investiu foi a Duratex com R\$ 576.200,00 mil reais, representando 0,0147% de comprometimento de sua receita bruta.

Em 2016, a empresa que mais investiu foi o Banco Bradesco com R\$ 927.987.000,00 milhões de reais, representando 4,5713% de comprometimento de sua receita bruta. Em contrapartida, a empresa que menos investiu foi a Duratex

com R\$ 2.700.000,00 milhões de reais, representando 0,0692% de comprometimento de sua receita bruta.

No ano de 2017, a empresa que mais investiu foi o Banco Bradesco com R\$ 270.775.000,00 milhões de reais, representando 1,1928% de comprometimento de sua receita bruta. Em contrapartida, a empresa que menos investiu foi a Duratex com R\$ 1.942.000,00 milhões de reais, representando 0,0497% de comprometimento de sua receita bruta.

Após levantamento de dados, constatou-se que ao longo de todo período que a empresa que se destaca por maiores investimentos realizados é o Banco Bradesco, que se manteve como maior investidor por sete anos, de 2011 a 2017. Já o oposto deste levantamento, a empresa que se destaca pelas menores destinações investidas é a AES Tietê, aparecendo em quatro anos, 2008, 2009, 2013 e 2014.

4.3 CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA

Conforme Barbosa (2017), com base em um conjunto de políticas adotadas a partir dos anos 2011 e 2012, desencadeou conflitos entre oferta e demanda promovendo influência direta no produto per capita brasileiro, resultando na redução de aproximadamente 9% entre 2014 e 2016. Assim desta forma iniciando a denominada crise econômica e delimitando o seu aproximado tempo de duração.

Segundo Barbosa (2017), erros na política foram fatores determinantes para atingir o equilíbrio da economia brasileira, passando a controlar preços, deterioração de contas públicas, aumento de risco para o país. Sendo necessário a reforma política, assim garantindo a sustentabilidade da dívida brasileira e ao mesmo tempo a flexibilização da política monetária.

O autor Barbosa (2017) ainda relata que, a intercessão no setor energético não ocorreu somente na Petrobras, também no setor elétrico. Os resultados da seca entre 2012 e 2013 foram maximizados por erros na política energética do governo, que como método de defesa induziu a redução de tarifas de energia no ano de 2013 forçando o aumento do consumo, no período de escassez de água.

Para Barbosa (2017) ainda, como possível solução do problema foi instituída a Proposta de Emenda Constitucional - PEC do teto e a proposta de reforma previdenciária irão auxiliar na redução de risco do país, impactando diretamente na taxa de juros neutra da economia brasileira.

De acordo com Barbosa (2017), torna-se necessário políticas que possibilitem a restauração do crescimento da produtividade no Brasil. A redução da interferência na economia, conforme empréstimos custeados por grupos seletos com finalidade de controlar os preços, é mensurada através de sua direção e assim permitindo uma melhor designação da necessidade de capital na economia. A flexibilização do mercado de trabalho e a permissão da terceirização são outras medidas com potencial de influenciar no aumento da produtividade doméstica.

Tabela 3 – Crise Econômica Brasileira – Representatividade dos Investimentos

Empresas	2014	2015	2016	Média
AES Tietê	0,0556%	0,3840%	0,4294%	0,2897%
Banco do Brasil	0,6959%	0,7227%	0,4687%	0,6291%
Bradesco	5,4800%	5,0627%	4,5713%	5,0380%
Braskem	0,0502%	0,0653%	0,1226%	0,0794%
CPFL	1,0236%	0,6174%	0,7267%	0,7892%
Itaú Unibanco	0,1765%	0,1395%	0,0957%	0,1372%
Duratex	1,0666%	0,0147%	0,0692%	0,3835%
TIM	0,2112%	0,1959%	0,1282%	0,1784%
Total	8,7596%	7,2022%	6,6118%	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme a Tabela 3, no período abrangido pela crise houve influências nos percentuais de comprometimento da receita bruta das empresas.

A empresa AES Tietê apresentou queda de investimentos realizados no ano de 2014, porém de 2015 em diante houve uma melhora, iniciando o processo de crescimento de percentuais de destinações.

O Banco do Brasil apresentou redução nos valores investidos em 2015, e a ordem decrescente dos percentuais se mantiveram até o final do período.

O Banco Bradesco apresentou redução nos valores investidos em 2015, porém em 2016 já iniciou o processo de alavancagem.

A empresa Braskem se manteve em constante crescimento nos investimentos realizados no período compreendido pela crise econômica no país.

A empresa CPFL apresentou queda significativa nos investimentos realizados no ano de 2014 e dando continuidade em 2015. Já em 2016, iniciou um processo de equilíbrio, impactando em crescimento no valor das destinações.

O banco Itaú Unibanco apresentou queda nos investimentos realizados nos anos de 2015 e 2016, passando a se estabilizar após o fim do período crítico da crise econômica.

A empresa Duratex apresentou uma satisfatória redução nos investimentos realizados entre 2014 e 2015. Já em 2016, migrou para possível estabilidade nas destinações.

A empresa TIM apresentou queda nos valores dos investimentos a partir de 2015. Nos anos seguintes houve maior redução nos investimentos realizados.

Pode-se observar que ao chegar no período final da crise econômica no país, 50% das empresas analisadas se mantiveram com dificuldades em elevar os seus percentuais de investimentos realizados. Esse percentual abrange quatro empresas Banco Bradesco; Banco do Brasil; Itaú Unibanco e TIM. Já em contrapartida, os percentuais das empresas que garantiram a elevação de seus investimentos foram: AES Tietê com percentual de comprometimento da receita líquida de 0,4294%; Braskem com percentual de comprometimento da receita líquida de 0,1226%; CPFL com percentual de comprometimento da receita líquida de 0,7267% e Duratex com percentual de comprometimento da receita líquida de 0,0692%.

Após o levantamento de dados efetuado no período da crise, constatou-se que a empresa que se destacou pela menor média de investimentos realizados nos três anos foi a Braskem, totalizando 0,0794% de destinações realizadas. Porém como oposto desta informação, a maior média de investimentos no período foi a empresa Banco Bradesco, totalizando 5,0380% de comprometimento da Receita Líquida com investimentos.

Pode-se salientar uma outra visão relacionada ao ano 2017, após o término da crise, o percentual de empresas com baixos valores de destinações de investimentos subiu de 50% para 75%, atingindo seis empresas Banco do Brasil; Banco Bradesco; Braskem; CPFL Energia; Duratex e TIM. Foram identificadas as seguintes particularidades nos resultados destas empresas.

O Banco do Brasil teve aumento de receita bruta, totalizando em R\$ 1.300.000.000,00 a mais que no ano anterior e redução nos investimentos no valor de R\$ 26.600.000,00, porém com percentual de investimentos menor.

O Banco Bradesco teve aumento de receita bruta no valor de R\$ 2.400.000.000,00 maior que no ano anterior e redução nos investimentos com a

quantia significativa de R\$ 657.212.000,00, porém seu percentual de comprometimento foi consideravelmente inferior.

A empresa Braskem teve crescimento na receita líquida de R\$ 1.500.000.000,00 a mais que no ano anterior e redução nos investimentos de R\$ 34.207.000,00, e conseqüentemente manteve em declínio no percentual de comprometimento da receita.

A empresa CPFL Energia elevou sua receita líquida em R\$ 7.600.000.000,00 se comparada ao ano anterior e houve redução nos investimentos realizados no valor de R\$ 70.400.000,00, porém o percentual de investimentos destinados se manteve em queda.

A empresa Duratex obteve a mesma receita operacional que a apresentada em 2016 e os investimentos sofreram redução de R\$ 758.000,00, porém houve declínio no percentual das destinações dos investimentos.

A empresa TIM aumentou sua receita líquida em R\$ 600.000,00 com base ao ano anterior e nos investimentos realizados houve a queda significativa no valor de R\$ 14.500.000,00, porém o percentual de comprometimento da receita reduziu significativamente.

Para completar a totalidade do percentual das empresas restam 25% das participações, que são compostas pela AES Tietê e Itaú Unibanco, que por sua vez elevaram seus investimentos.

A empresa AES Tietê ampliou sua receita líquida em R\$ 140.000.000,00 com base em 2016, conseqüentemente, os investimentos realizados no exercício sofreram elevação de R\$ 1.100.000,00.

A empresa Itaú Unibanco teve redução na receita líquida no valor de R\$ 16.800.000.000,00 se comparada ao ano anterior, porém as destinações tiveram aumento de R\$ 20.000.000,00.

Com o levantamento dos dados referente ao ano pós crise, percebe-se que para a maioria das empresas analisadas, ainda há a existência de impactos e dificuldades gerados pela mesma.

Conforme informações contidas na Tabela 3, o ano 2014 possui o maior percentual de representatividade dos investimentos no período da crise, totalizando em 8,7596% de comprometimento da receita líquida. Já no ano seguinte, 2015, encerra com redução nos percentuais de comprometimento, totalizando em 7,2022%. E o ano 2016, marca o término do período da crise com o menor

percentual de representatividade, totalizando em 6,6118%.

4.4 ANÁLISES DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS

Após efetuado o levantamento dos investimentos realizados na integralidade do período das empresas pesquisadas entre 2008 e 2017, seguem as ações sustentáveis ordenadas pelo total de valor investido, conforme Tabela 4 abaixo.

Tabela 4 – Relação dos Investimentos Realizados

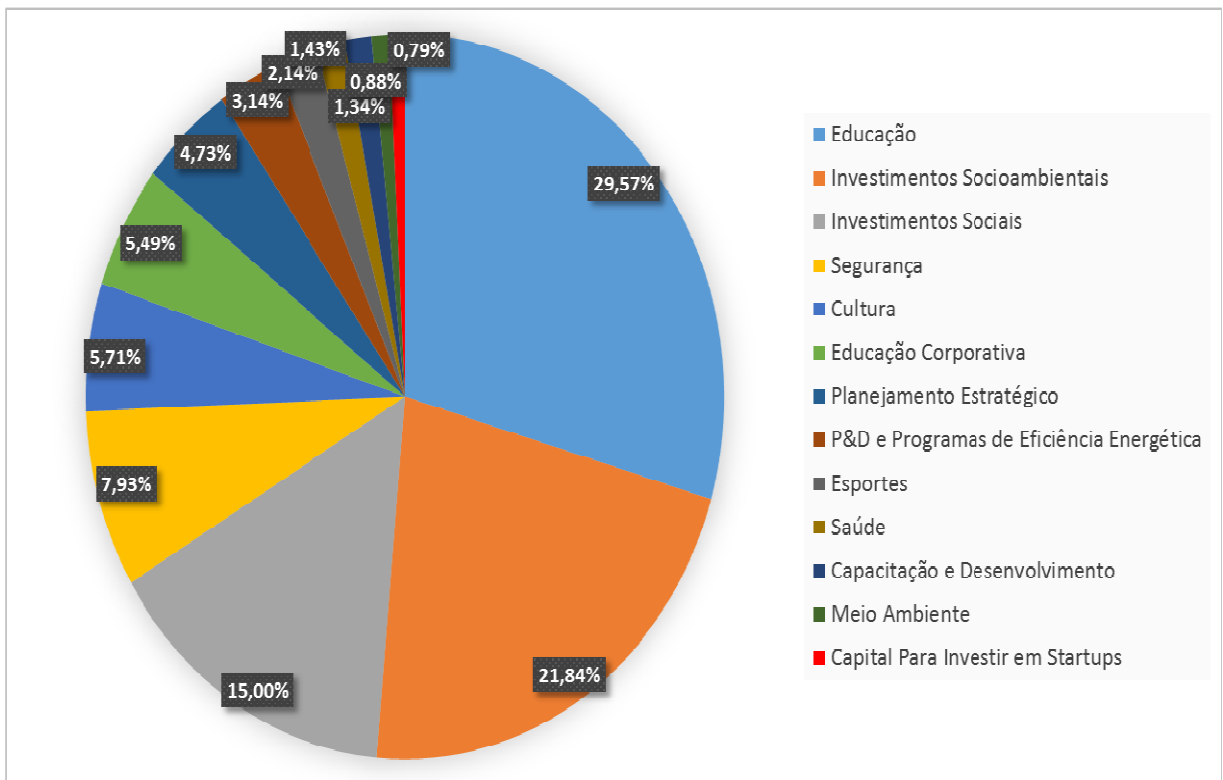
Projetos	Investimentos - R\$
Educação	3.759.244.200,00
Investimentos Socioambientais	2.776.988.000,00
Investimentos Sociais	1.907.300.000,00
Segurança	1.008.597.000,00
Cultura	725.600.000,00
Educação Corporativa	698.156.000,00
Planejamento Estratégico	601.500.000,00
P&D e Programas de Eficiência Energética	398.820.000,00
Esportes	271.447.000,00
Saúde	182.000.000,00
Capacitação e Desenvolvimento	170.775.000,00
Meio Ambiente	112.140.000,00
Capital Para Investir em Startups	100.000.000,00
Outros	93.944.000,00
Patrocínios Culturais	85.350.000,00
Qualidade e Confiabilidade dos Serviços de Energia Elétrica Operacionais	39.501.000,00
Estratégicos	35.518.000,00
Planejamento e Operação de Sistemas de Energia Elétrica	33.796.000,00
Planejamento, Operação e Desenvolvimento	26.613.000,00
Campanhas de Comunicação	21.286.000,00
Fonte Renovável ou Alternativa	11.600.000,00
Trabalho - Especializações	10.005.000,00
Aplicações	8.534.000,00
Patrocínios Esportivos	6.316.000,00
Inclusão	5.739.000,00
Medições e Desenvolvimento de Tecnologias de Processo	4.741.000,00
Doações Diversas	3.604.000,00
Novos Materiais, Componentes, Tecnologia e Inovação	3.336.000,00
Gestão de P&D	3.336.000,00
Total	13.107.794.200,00

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base na Tabela 4, foi identificado que a ação social que mais recebeu destinações no período, foi o setor da educação, com o valor de R\$ 3.759.244.200,00. Já em sua contrapartida, a ação sustentável que teve o menor investimento destinado no período, foi a gestão de pesquisa e desenvolvimento, totalizando em R\$ 2.008.000,00.

Conforme Figura 1 abaixo, foram representados os investimentos mais representativos com intuito de apresentar as destinações realizadas em projetos acima de R\$ 100.000,00, totalizando em R\$ 12.712.567.200,00 investidos.

Figura 1 – Destinações mais Representativas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base na Figura 1, após identificação de rubricas participantes e dos resultados encontrados, pode-se constatar que os cinco principais investimentos foram educação com percentual de 29,57%, investimentos socioambientais com percentual de 21,84%, investimentos sociais com percentual de 15,00%, segurança com percentual de 7,93% e para finalizar a cultura recebeu 5,71%.

5 CONCLUSÃO

Nota-se que o tema sustentabilidade tem sido um assunto fortemente discutido na atualidade, despertando a atenção de empresas que atuam em diversos setores e de seus respectivos investidores. Essa grande repercussão deve-se pelo fato de a preocupação com o meio ambiente ter tomado proporções significativas na classe empresarial.

A constante preocupação das empresas em migrar rumo ao desenvolvimento, porém ao mesmo tempo manter a integridade do meio ambiente, acabou gerando necessidades de uma ferramenta que acompanhasse as práticas adotadas de trabalho e preservação. Assim, complementando as orientações da Contabilidade Ambiental foi desenvolvido o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, que em conjunto com a BM&FBovespa proporciona questionários às empresas de capital aberto, sendo possível posteriormente com os resultados obtidos apontar sugestões de como proceder no planejamento e gestão.

Logo após a aplicação dos critérios pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE, oito empresas selecionadas AES Tietê, Banco do Brasil, Banco Bradesco, Braskem, CPFL Energia, Itaú Unibanco, Duratex e TIM apresentaram suas demonstrações financeiras e foram classificadas para participar da pesquisa. Foi observado o valor de receitas líquidas geradas em todo o período, houve levantamento de valores destinados para investimentos e assim sendo possível promover e analisar confrontações de seus respectivos percentuais de comprometimento de receita para tornar possível a emissão de futuros pareceres.

Devido levantamento de informações, tornou-se possível realizar a extração dos específicos dados, listagem e comparação das empresas que tiveram o maior e menor índice de faturamento no período e suas variadas e específicas destinações.

Posteriormente no levantamento de dados e análises das informações obtidas, atenta-se que no decorrer de todo o período, grande parte das empresas apresentou uma média de valores correspondentes às receitas líquidas e destinações realizadas, e conseqüentemente os percentuais de comprometimento se mantiveram estáveis. Com exceção de períodos específicos, como por exemplo, o período abrangido pela crise econômica no país, que compreendeu de 2014 à 2016, que por sua vez, interferiu diretamente na sua atuação no mercado e conseqüentemente nos valores correspondentes às destinações, impactando na

queda dos percentuais de comprometimento. Já no ano seguinte, 2017, ainda são notáveis as consequências deixadas pela crise.

Após o levantamento das empresas afetadas pela crise, foi possível proporcionar a análise de quais destas mantiveram sua média de investimentos neste período e quais enfrentaram quedas gradativas em seus percentuais de comprometimento de receita.

Identificou-se também, que mesmo no período afetado pela crise econômica do país, duas empresas não sofreram impactos. Pelo fato de possuírem economia relativamente estabilizada, conseguiram dar continuidade a suas atividades sem sofrer relevantes impactos como no mercado em geral, como é o caso da empresa AES Tietê e Itaú Unibanco.

Já nas análises de investimentos por período, houve apresentação de variações significativas de valores pertencentes às receitas líquidas e investimentos destinados para as mais variadas ações sustentáveis. Porém os percentuais de comprometimento com poucas variações, que ocorre pelo fato de cada empresa possuir suas particularidades específicas, como ramo de atividade e para quais ações sustentáveis foram destinados os investimentos, e devido ao montante de faturamento diversificado entre as empresas.

Uma semelhança que destaca-se entre as empresas, mesmo atuando em ramos de atividades diferentes, é que grande parte dos investimentos são destinados à educação, investimentos socioambientais, investimentos sociais, segurança e cultura. Sendo possível notar o nível de importância dessas ações sustentáveis.

Além disso, mesmo enfrentando dificuldades e gerando comprometimento de receita, as empresas não deixaram de efetuar destinações para as ações sustentáveis julgadas como relevantes. Em alguns períodos, está claramente expresso a redução das mesmas, porém se mantiveram presentes no quesito dos investimentos realizados.

Com o término do levantamento e análise de dados, o presente estudo permitiu que houvesse esclarecimento sobre o comportamento individual e em conjunto das empresas, desde o seu faturamento, passando pelos investimentos destinados para ações sustentáveis, até chegar aos percentuais de comprometimento de receita. Assim, validando os apontamentos gerados através das informações contidas nas demonstrações contábeis.

O presente estudo pesquisou as oito empresas instaladas no Rio Grande do Sul, que se mantiveram presentes nos questionários emitidos pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE durante a integralidade do período. Sugere-se que o estudo seja expandido para as demais empresas situadas na região sul do Brasil, assim viabilizando a percepção de outras ações sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- _____. A evolução dos princípios contábeis no Brasil. In: **Congresso Brasileiro de Contabilidade** (13 São Paulo: Atlas, 1988, CUIABÁ, MT). [Anais] 13º Congresso Brasileiro de Contabilidade, 18 a 23 de setembro de 1988, Cuiabá, MT. Cuiabá: CRCMT, 1988, p. 183-266. Disponível em: <http://cfc.org.br/biblioteca/>. Acesso em: 30 de abril de 2018.
- _____. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Brasília, DF: Casa Civil, 2007. D.O.U. de 09/01/2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em 15 de maio de 2018.
- _____. **Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009**. Brasília, DF: Casa Civil, 2009. D.O.U. de 28/05/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm. Acesso em 15 de maio de 2018.
- _____. **Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014**. Brasília, DF: Casa Civil, 2014. D.O.U. de 14/05/2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12973.htm. Acesso em 15 de maio de 2018.
- _____. Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00). **Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília, DF: 2008. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t1.htm>. Acesso em: 30 de abril de 2018.
- _____. Pronunciamento Contábil CPC 01 (R1) – **Redução ao Valor Recuperável de Ativos**. Brasília, DF. Divulgado em 07 out. 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/>. Acesso em: 15 de maio de 2018.
- _____. **Pronunciamentos**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>. Acesso em 15 de maio de 2018.
- BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estud. av.**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 51-60, abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100051&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 10 de setembro de 2018.
- BACCI, J. **Estudo Exploratório Sobre o Desenvolvimento Contábil Brasileiro: Uma Contribuição ao Registro de Sua Evolução Histórica**. Dissertação de Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica. Centro Universitário Álvares Penteado, São Paulo. 2002.
- BEUREN, I. M. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2006.
- BERGAMINI JUNIOR, Sebastião. **Contabilidade Ambiental**. Pensar Contábil. Rio de Janeiro, n. 8, 2000.

BM&FBOVESPA. **Índice de Sustentabilidade Empresarial**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.vemprabolsa.com.br>. Acesso em: 5 de maio de 2018.

BM&FBOVESPA. **Taxas de Participação e Calendário 2017**. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.isebvmf.com.br>. Acesso em: 5 de maio de 2018.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS S.A – **BM&FBOVESPA** -. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br>. Acesso em: 5 de maio de 2018.

BOUCINHAS, J. da C. **A Nova Lei das Sociedades Anônimas**. Revista Paulista de Contabilidade nº 452. P.7-10. São Paulo. 1977.

BRAGA, Célia. **Contabilidade Ambiental: Ferramenta Para a Gestão da Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

BRAGA, Célia (Org.). **Contabilidade Ambiental: Ferramenta Para a Gestão da Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010. 3. Reimpr.

BRAGA, Célia Maria Leal; QUEIROZ, Adriana Pinheiro de. **Contabilidade Ambiental: Ferramenta Para a Gestão da Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

CARMO-NETO, *Dionísio*. **Metodologia científica para principiantes**. 3. ed. São Paulo: Edição do Autor, 1996.

CARQUEJA, H. O. **Do Saber da Profissão às Doutrinas da ACADEMIA**. Separada do nº 234/235 vol. LIX da Revista de Contabilidade e Comércio. EDICONTA – Editora da Revista de Contabilidade. Portugal – Porto, mai., 2003.

CARVALHO, Gardênia Maria Brada de. **Contabilidade Ambiental**. Curitiba: Juruá, 2010.

CARVALHO, Paulo Gonzaga Mibielli de; BARCELLOS, Frederico Cavadas. **Mensurando a Sustentabilidade**. In: MAY, Peter. (Org.). **Economia do Meio ambiente: Teoria e Prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

CERVO, A. L. Bervian, P.A. Silva, R.D. **Metodologia científica**, (6 ed). São Paulo, Pearson Education, 2007.

COLIATH, G. C. **Uma Contribuição para o Ensino da História do Pensamento Contábil nos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2003.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Deliberação CVM nº 29, de 05 de fevereiro de 1986**. Rio de Janeiro, RJ, 1986. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/>. Acesso em: 30 de abril de 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Conheça o CPC**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em: 30 de abril de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **55 Anos de Criação dos Conselhos de Contabilidade**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBCT 15**: Informações de Natureza Social e Ambiental. Brasília: Diário Oficial da União, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.055 de 7 de outubro de 2005**. Brasília, DF: D.O.U. de 24/10/2005. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/cfc1055.htm>. Acesso em 30 de abril de 2018.

COSTA, J. A.; SUZART, J. A. da S.; ACUÑA, B. C. M. **Consolidação da Convergência das Normas Contábeis Brasileiras**: Uma Análise Sobre o Fim do Regime Tributário de Transição. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, DF, v.42, nº 202, p.45-57, jul./ago. 2013.

COSTA, J. A.; THEÓPHILO, C. R.; YAMAMOTO, M. M. **A Aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade**. UnB Contábil, Brasília, DF, v. 15, nº 2, p. 110-126, mai./ago. 2012. Disponível em: <http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/>. Acesso em: 30 de abril de 2018.

CRAVO, D. J. da S. **Da Teoria da Contabilidade às Estruturas Conceituais**. Revista "Estudos do I.S.C.A.A" nº 1. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro. Aveiro, 2000.

FAVARO, Laiz Casagrande; ROVER, Suliani. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): A Associação entre os Indicadores Econômico-financeiros e as Empresas que Compõem a Carteira. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS & INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 2014, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2014.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental**: Uma Informação Para o Desenvolvimento Sustentável. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa** -. Artmed Editora, 2009.

FRANCO, H. **Normas Contábeis da Nova Lei das S.A.** Revista Paulista de Contabilidade nº 451. São Paulo, 1977.

FRANCO, Hilário. **Temas contábeis**. São Paulo: Atlas, 1997.

FREIRE, M. D. de M. et al. **Aderência Às Normas Internacionais Pelas Empresas Brasileiras**. Revista de Contabilidade e Organizações, v.6, nº 15, p.3-22, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp>. Acesso em: 30 de abril de 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de Caso: Fundamentação Científica; Subsídios Para Coleta e Análise de Dados; Como Redigir o Relatório**. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, Sidalina Santos; HELIODORO, Paula Alexandra. A Contabilidade Ambiental, como um novo paradigma. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 1, n. 3, p. 81-93, set. /dez. 2005.

HANSEN, J. E. **A Evolução da Contabilidade: da Idade Média à Regulamentação Americana**. Revista Brasileira de Contabilidade nº 134, p.79 – 91. Brasília, 2002.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HOSS, Osni et al. **Introdução À Contabilidade: Ensino e Decisão**. São Paulo: Atlas, 2012.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. **11: NPA 11 - Balanço e Ecologia**. São Paulo: Diretoria Nacional, 1996.

ISE. **Índice de Sustentabilidade Empresarial**. Disponível em: <http://www.isebvmf.com.br/>. Acesso em: 30 de abril de 2018.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C.; FARIA, A. C. de. **Introdução à Teoria da Contabilidade Para Graduação**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IUDÍCIBUS, S. de; RAMOS, A. de T.; CATELLI, A. **A Realidade Contábil**. Revista Paulista de Contabilidade nº 410 nov., p. 30-31. São Paulo, 1964.

IUDÍCIBUS, S. de; RICARDINO FILHO, Á. A. **A Primeira Lei das Sociedades Anônimas no Brasil: Lei nº 1.083 – 22 de agosto de 1860**. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, v. 13, n. 29, p. 7, ago. 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34071>. Acesso em: 30 de abril de 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade: Totalmente atualizada, com capítulo especial sobre as novas abordagens à teoria contábil**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KPMG. Lei 11.638/07 altera a Lei das S.A.s. (Lei 6.404/76) **Resumo dos Principais Impactos. 2008**. Disponível em: www.kpmg.com.br/publicacoes/lei_6404_final.pdf. Acesso em: 30 de abril de 2018.

LESSER, Jonathan; DODDS, Daniel; ZERBE, Richard. **Environmental economics and policy**. New York: Addison-Wesley, 1997.

LUZ, Sandro Gomes. **Empresas Participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial e Seus Desempenhos Financeiros: Uma Análise Nos Mercados Brasileiros e Norte-Americano**. 2009. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) – Faculdade de Economia e Administração – IBMEC, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

MACEDO, F. et al. **O Valor do ISE: Os Principais Estudos e a Perspectiva dos Investidores**. São Paulo, nov. 2012. Disponível em: www.bmfbovespa.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId. Acesso em: 30 de abril de 2018.

MACHADO, Márcia Reis; MACHADO, Márcio André Veras; CORRAR, Luiz João. **Desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da Bolsa de Valores de São Paulo**. Revista Universo Contábil, Blumenau, v.5, n.2, p. 24-38, abr./jun. 2009. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/viewFile/1401/957>. Acesso em: 5 de maio de 2018.

MARCONDES, Adalberto Wodianer; BACARJI, Celso Dobes. **ISE: Sustentabilidade no Mercado de Capitais**. 1. ed. São Paulo: Report Ed., 2010.

MOTA, José Aroldo; BURSZTYN, Marcel; CÂNDIDO JÚNIOR, José Osvaldo; ORTIZ, Ramon Aragoni. A valoração da biodiversidade: conceitos e concepções metodológicas. In: MAY, Peter Herman. (Org.). **Economia do Meio Ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, v. 1, p. 265-288.

MUELLER, Charles. C. **Os Economistas e as Relações Entre o Sistema Econômico e o Meio Ambiente**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2012.

PEREIRA FILHO, A. D.; RIBEIRO, L. M. de P. **A Controvérsia das Normas Contábeis Internacionais (IFRS): A Redução do Custo de Capital e os Novos Riscos de manipulação**. Revista Mineira de Contabilidade, Belo Horizonte, MG, v. 11, nº 37, jan./mar. 2010.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SÁ, A. L. de. **Comentários Sobre a Nova Lei das Sociedades por Ações**. Nº 452 da Revista Paulistas de Contabilidade. São Paulo, 2008.

SANTOS, José Luiz dos et al. **Contabilidade Geral: Atualizada pela Lei no 11.941/09 e pelas Normas do CPC até o documento de revisão de pronunciamentos técnicos no 03/2013**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SCHALTEGGER, Stefan. BURRITT, Roger. **Contemporary Environmental Accounting: Issues, Concept and Practice**. Sheffield: Greenleaf, 2000.

SCHMIDT, P. **Uma Contribuição ao Estudo da História do Pensamento Contábil**. Tese – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

SILVA, Benedito Gonçalves da. **Contabilidade Ambiental: Sob a Ótica da Contabilidade Financeira**. Curitiba: Juruá, 2009.

SILVA, E. L. D, & Menezes, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. (4. Ed.) Florianópolis: UFSC, 2005.

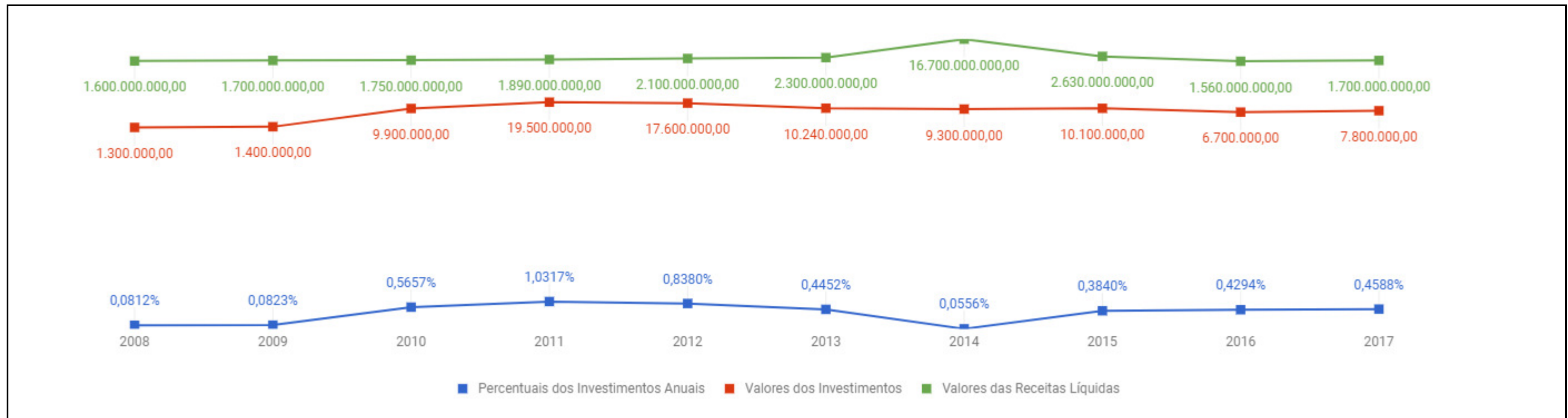
SZEKELY, Francisco; KNIRSCH, Marianna. Responsible leadership and corporate social responsibility: Metrics for sustainable performance. **European Management Journal**, v. 23, n. 6, p. 628-647, 2005.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. Contabilidade Ambiental Nacional: Fundamentos Teóricos e Aplicação Empírica no Brasil. In: MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. (Org.). **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2003, v.1, p. 101-134.

APÊNDICE A – EMPRESA AES TIETÊ: REPRESENTATIVIDADE DOS INVESTIMENTOS



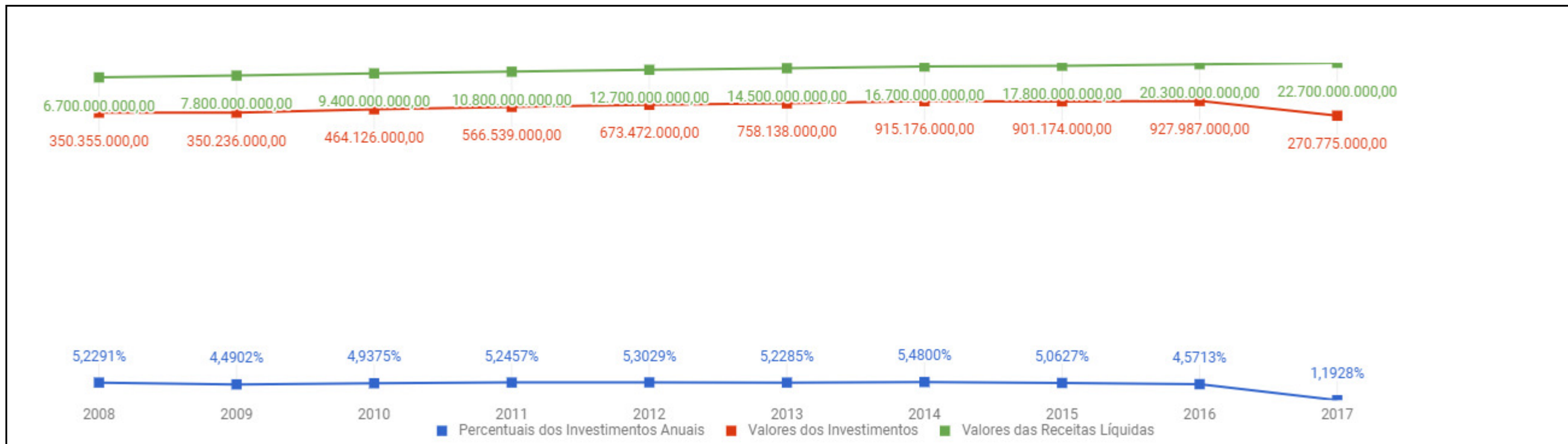
Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE B – EMPRESA BANCO DO BRASIL: REPRESENTATIVIDADE DOS INVESTIMENTOS



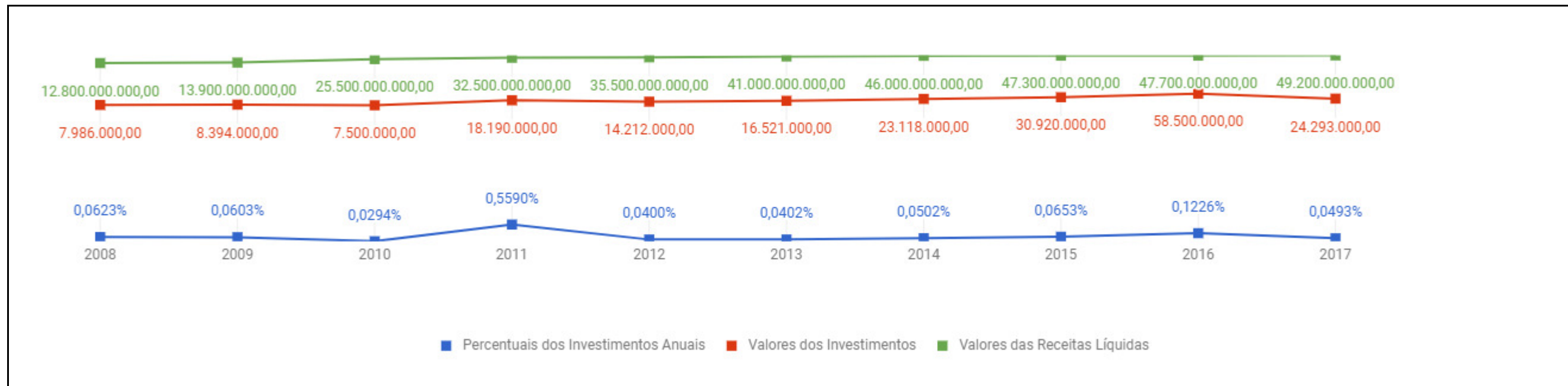
Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE C – EMPRESA BANCO BRADESCO: REPRESENTATIVIDADE DOS INVESTIMENTOS



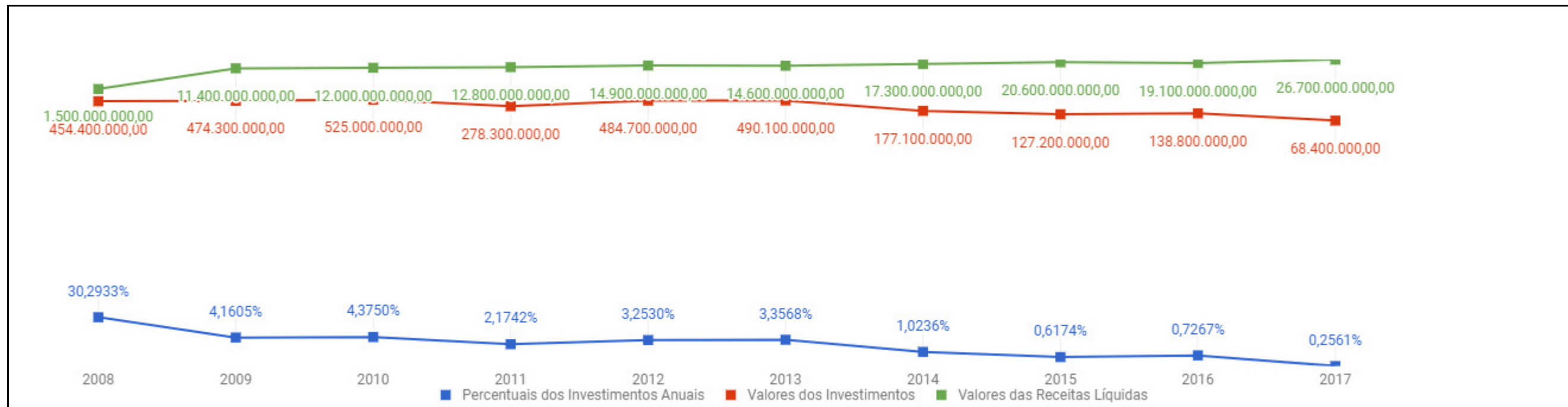
Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE D – EMPRESA BRASKEM: REPRESENTATIVIDADE DOS INVESTIMENTOS



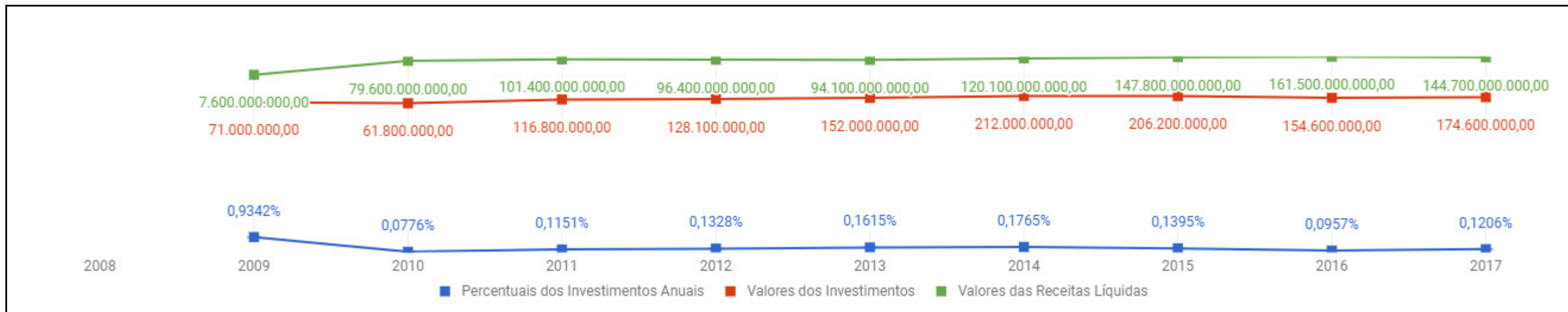
Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE E – EMPRESA CPFL ENERGIA: REPRESENTATIVIDADE DOS INVESTIMENTOS



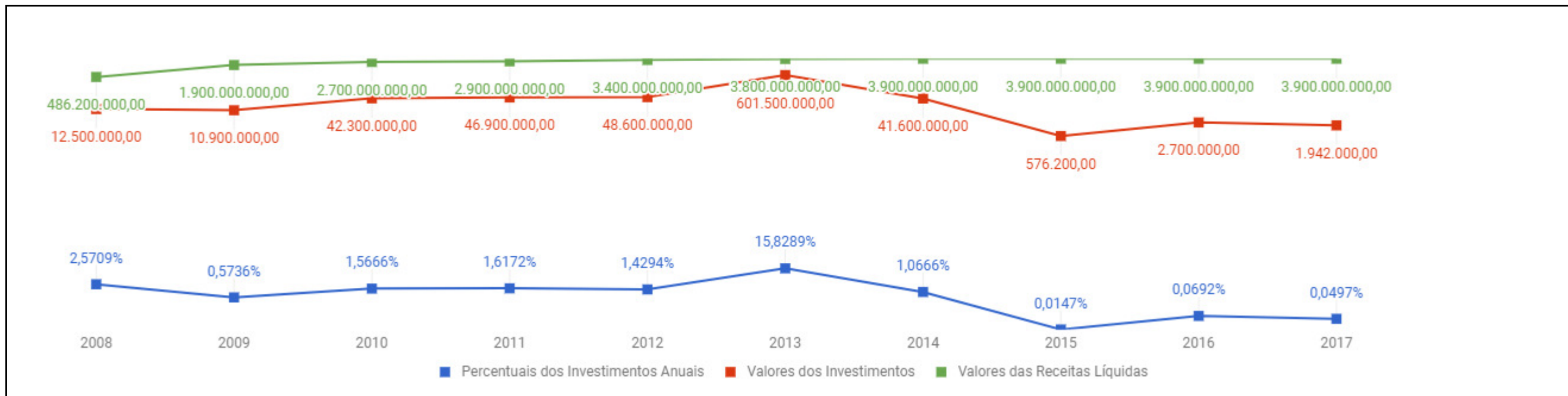
Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE F – EMPRESA ITAÚ UNIBANCO: REPRESENTATIVIDADE DOS INVESTIMENTOS



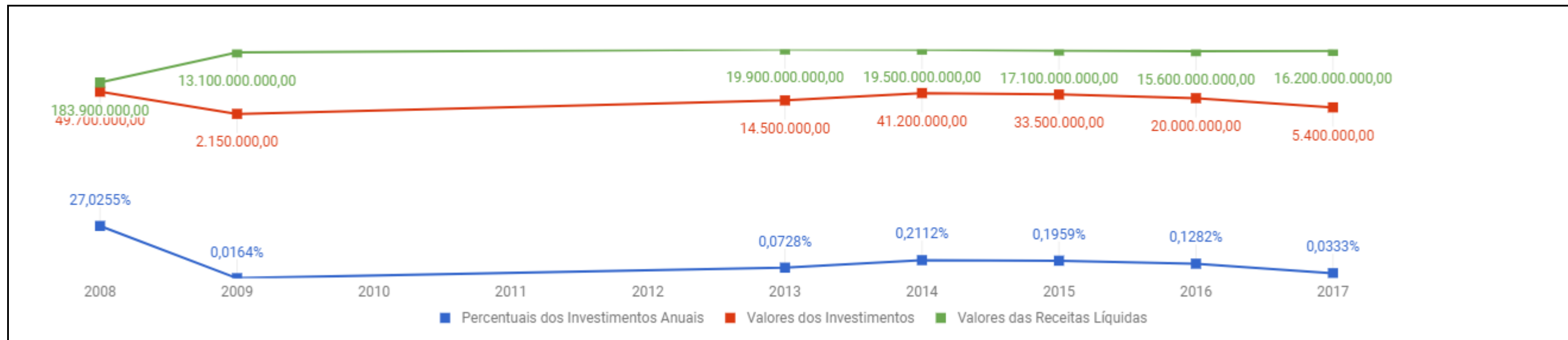
Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE G – EMPRESA DURATEX: REPRESENTATIVIDADE DOS INVESTIMENTOS



Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE H – EMPRESA TIM: REPRESENTATIVIDADE DOS INVESTIMENTOS



Fonte: Elaborado pelo autor.